

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

MATHEUS GOUVEIA

**CARTOGRAFIA SOCIAL E GEOGRAFIA A SERVIÇO DE OUTROS MUNDOS:
UM ESTUDO SOBRE OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA BAÍA DA
ILHA GRANDE**

MATHEUS GOUVEIA

**CARTOGRAFIA SOCIAL E GEOGRAFIA A SERVIÇO DE OUTROS MUNDOS:
UM ESTUDO SOBRE OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA BAÍA DA
ILHA GRANDE**

Monografia apresentada ao curso de
Licenciatura em Geografia, como requisito
parcial para conclusão do curso.

Orientador:
Prof. Dr. Diogo Marçal Cirqueira

Angra dos Reis
2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BIAR

G719c Gouveia, Matheus
CARTOGRAFIA SOCIAL E GEOGRAFIA A SERVIÇO DE OUTROS MUNDOS:
UM ESTUDO SOBRE OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA BAÍA DA
ILHA GRANDE / Matheus Gouveia ; Diogo Marçal Cirqueira,
orientador. Angra dos Reis, 2018.
77 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia)-
Universidade Federal Fluminense, Instituto de Educação de
Angra dos Reis, Angra dos Reis, 2018.

1. Cartografia Social. 2. Ensino de Geografia. 3. Povos e
Comunidades Tradicionais. 4. Colonialismo . 5. Produção
intelectual. I. Título II. Cirqueira, Diogo Marçal,
orientador. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de
Educação de Angra dos Reis. Departamento de Geografia e
Políticas Públicas.

CDD -

Bibliotecária responsável: Joanilda Maria dos Santos - CRB7/6219

MATHEUS GOUVEIA

**CARTOGRAFIA SOCIAL E GEOGRAFIA A SERVIÇO DE OUTROS MUNDOS:
UM ESTUDO SOBRE OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA BAÍA DA
ILHA GRANDE**

Monografia apresentada ao curso de
Licenciatura em Geografia, como requisito
parcial para conclusão do curso.

Aprovada em ____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Diogo Marçal Cirqueira - UFF

Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves - UFF

Angra dos Reis

A todos aqueles que experimentaram, não importando a maneira, a privação da liberdade e ainda são capazes de acreditar no amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus avós, que através do trabalho duro nas roças do sul de Minas construíram as condições para a reprodução de nossa família. A minha mãe, Maria do Carmo, por todo cuidado e amor durante minha partida de São Jose dos Campos. Ao meu pai, José Gouveia, por me ensinar desde cedo que a dedicação pode mudar o destino de um homem. Ao meu irmão, Lucas Gouveia, primeiro amigo da infância e um dos maiores parceiros que a vida adulta me deu. A minha sobrinha, Alice Gouveia, pelo simples fato de ser e fazer florescer de novo o amor no peito de alguns.

Sou grato também a todos os colegas da primeira turma da Licenciatura em Geografia do Instituto de Educação de Angra dos Reis – IEAR/UFF (2014.2 – 2018.1), principalmente a Letícia Motta pela parceria ao longo de todo o curso. Ao professor e orientador Diogo Marçal, pelos conselhos que contribuíram expressivamente para a produção deste trabalho. Ao PP, Big e Lázaro pelo mochilão, ALACIP – 2015, Bolívia e Peru. Um agradecimento especial ao Lázaro, pelo companheirismo, pelos golos e conversas, além dos bons anos vividos na Gaiada da Taboca. A mamãe, Thamara Maciel, por me apresentar meu amigão Miguel e por me ensinar tanto sobre o que é amar, principalmente nos primeiros anos de vida do Zeca (Charles).

Aos meus amigos de longa data: Bruninho, Iguinho e Laila, pelos incontáveis dias no condomínio por do sol. Ao tio Pedro e a tia Adriana, por todo amor e cuidado nos anos que mais precisei. Ao grupo Aliados Force Crew e a Cia Feeling de Dança por anos de breaking bem vividos.

Por último, deixo o agradecimento mais especial, endereçado a pessoa que mais contribuiu para este novo ciclo, minha professora, amiga e esposa, Mara Oliveira (Nenê). Obrigado por trazer tanta felicidade e amor para a minha vida, ao mesmo tempo em que me mostrou não só a beleza, mas também toda a capacidade de transformação da Geografia. Serei eternamente agradecido ao mundo por ter encontrado alguém que vive a vida em busca de uma sociedade mais justa e caridosa.

Expresso aqui, em tempo, que nunca me esquecerei dos jovens encarcerados que conheci e das coisas que com eles aprendi.

Sou coco e faço cocada
embolada bolo na hora
Minha fala é a bala de agora
é de aurora e de alvorada
Cortando o céu da estrada
do nada eu faço de tudo
Com a enxada aro esse mundo
e no estudo faço morada
Sou doce lá dos engenhos
e venho com essa doçura
Contenho poesia pura
a fartura de rima tenho
Desenho nossa cultura
por cima e não por de baixo
Não sabe o que é cabra macho?
me apresento RAPadura.

RAPadura Xique-Chico, Norte-Nordeste Me Veste. Fita Embolada de Engenho, 2010.

RESUMO

Partindo de uma perspectiva *decolonial*, este trabalho propõe uma abordagem geográfica sobre os processos que envolvem a produção e o uso dos mapas, bem como, suas relações com o ensino da Geografia e os povos e comunidades tradicionais. Apresenta uma breve discussão sobre a trajetória dos conhecimentos geográficos até encontrarem sua sistematização e ressalta a substancial influência do contexto político, econômico e territorial, experimentado na época por algumas nações europeias. Abordaremos a relevância política dos mapas e todos os processos que o envolvem, assim como, uma retomada histórica da participação fundamental da cartografia para a expansão do imperialismo europeu. Ressaltando algumas marcas produzidas durante este período, entendemos que a Cartografia Social pode funcionar como uma importante alternativa epistêmica, metodológica e pedagógica, além de um instrumento de luta, resistência e identidade. Expomos aqui, por meio da geografia, uma possibilidade de alteração no curso dos processos de produção dos mapas, sobretudo a partir das comunidades em que o território é primordial para sua existência. Compreendemos que a colonialidade presente tanto na Geografia, quanto nos processos cartográficos, devam ser superadas para que seja possível assegurar os direitos previstos para os povos e comunidades tradicionais. Trazemos, então, a análise de duas experiências realizadas no município de Paraty-RJ por entender que explicitam as possibilidades trazidas pela Cartografia Social dentro do contexto educacional. Por fim, apresentamos a criação de uma ferramenta digital que contribua para o acesso, veiculação, divulgação e uso de mapas produtos de Cartografias Sociais.

Palavras-chave: Cartografia Social. Decolonialidade. Ensino de Geografia.

ABSTRACT

With a decolonial perspective, this monographic work proposes a geographical approach on the processes that involve the production and use of the maps as well as their relation with the Geography teaching and the traditional peoples and communities. It presents a brief discussion about the trajectory of the geographic knowledge until finding its systematization. We emphasize the substantial influence of the political, economic and territorial context experienced at the time by some European nations. We will approach the political relevance of the maps and all the processes that involve it, as well as a historical resumption of the fundamental participation of cartography for the expansion of European imperialism. Highlighting some of the marks produced during this period, we understand that Social Cartography can function as an important epistemic, methodological and pedagogical alternative, as well as an instrument of struggle, resistance and identity. We show here, through geography, a possibility of alteration in the course of map production processes, especially in those communities where the territory is primordial to existence. We understand that the coloniality present in both Geography and cartographic processes must be overcome in order to ensure the rights foreseen for traditional peoples and communities. We then present two experiments carried out in the city of Paraty-RJ, to understand that they explain the possibilities brought by Social Cartography within the educational context. Finally, we present the creation of a digital tool that contributes to the access, placement, dissemination and use of maps of Social Cartography products.

Keywords: Social Cartography, Decolonialidade, Teaching Geography

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Imagem Ilustrativa quadro <i>A chegada de Pedro Alvares Cabral em Porto Seguro em 1500</i>	20
Figura 02 - Imagem Ilustrativa Carta do Mundo de Anaximandro de Mileto.....	29
Figura 03 - Imagem Ilustrativa do Mapa <i>Universalis Cosmographia</i>	36
Figura 04 - Foto do mapa “croquí” Praia do Sono.....	57
Figura 05 - Foto do mapa “croquí” Pouso da Cajaíba	58
Figura 06 - Imagem Ilustrativa do Site CARTONOMIA - Vidas & Mundos, 2018.....	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Unidades de Conservação que compõe o Mosaico - Bocaina, 2015.....	49
Quadro 2 - Povos e Comunidades Tradicionais na Baía da Ilha Grande - 2018.....	52

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Mapa Mundí Nada és Illegal, Iconoclassistas	43
Mapa 02 - Mapa das Unidades de Conservação do Mosaico - Bocaina.....	49
Mapa 03 - Guia Turístico Pouso da Cajaíba, 2017.....	55
Mapa 04 - Guia Turístico Praia do Sono, 2017	55

LISTA DE ABREVIATURAS

PCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
CEPERJ	Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
FCT	Fórum de Comunidades Tradicionais
OTSS	Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da da Bocaina
IEAR	Instituto de Educação de Angra dos Reis
UFF	Universidade Federal Fluminense
GPS	Global Position System
SIG	Sistema de Informação Geográfica
CARTONOMIA	Grupo de Pesquisa para o Fortalecimento da Autonomia Territorial com Cartografia Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O NASCIMENTO DA PÁTRIA: A MORTE DOS POVOS PARA O SURGIMENTO DA NAÇÃO	14
2.1	Comunidades Tradicionais, Espaço e Território: Os Movimentos Sociais e a Colonialidade	20
3	A GEOGRAFIA E OS MAPAS: A CONSTRUÇÃO DO MUNDO	26
3.1	Os Conhecimentos Geográficos e o Projeto Científico da Modernidade Europeia	29
3.2	Um Mundo Feito de Mapas	34
3.3	O Mapa Feito de Mundos	38
4	CARTOGRAFIA SOCIAL: SUBVERSÃO, IDENTIDADE E LUTA. REFLEXÕES SOBRE A BAÍA DA ILHA GRANDE	42
4.1	A Baía da Ilha Grande e o Contexto dos Povos e Comunidades Tradicionais	47
4.2	A Cartografia Social e os PCT's na Escola: Considerações Sobre a Experiência das Comunidades Caiçaras do Pouso da Cajaíba e da Praia do Sono	53
5	CONCLUSÃO	60
5.1	Perspectivas Futuras: Uma Possibilidade de Reparo	63
6	REFERÊNCIAS	66
7	ANEXOS	70

1. INTRODUÇÃO

Considerando todo o processo que culminou na constituição do sistema mundo moderno colonial no século XV, conforme sugere Porto-Gonçalves (2012), podemos observar aspectos e características fundamentais sobre a natureza da cosmovisão atual. Investigando sobre a constituição do mundo tal qual conhecemos hoje, organizado espacialmente em estados territoriais, este trabalho pretende analisar brevemente não apenas os caminhos que levaram a sua constituição, mas também, alguns efeitos de sua consolidação. Uma unidade soberana e praticamente naturalizada como um dado, que possivelmente superou outros modelos e discursos organizativos, e que revela relações assimétricas de poder e de controle. Tais relações foram estabelecidas, identificadas e impostas, principalmente por saberes e discursos sobre os espaços, que, produziam o que seria tido como “mundo”, segundo Rodrigues (2006).

A Geografia e as técnicas cartográficas figuram significativo papel para a construção destes discursos hegemônicos coloniais (PEREIRA, 2009), onde principalmente os mapas expressavam um caráter político fundamental. Neste sentido, compreendemos que a emergência desta cosmovisão moderna colonial aconteceu de forma a apagar e excluir outros discursos e formas de existências. Revestido do falso discurso do progresso, o expansionismo de algumas monarquias europeias promoveu transformações drásticas nos espaços que incorporavam para si (CAMPOS, 2011).

Deste modo, partindo de uma abordagem geográfica e, admitindo uma perspectiva decolonial, este trabalho propõe reflexões sobre os processos de produção dos mapas e sua relação histórica com algumas populações e os conhecimentos geográficos. Buscando explorar as nuances produzidas pela interação destes elementos, compreendemos que seja necessária uma abordagem, sobretudo territorial, com o intuito de apreender e interpretar os possíveis desdobramentos que caracterizam toda a complexidade deste fenômeno social, que relaciona povos, suas terras e a importância dos processos de representação do espaço.

Em um primeiro momento, apresentamos um capítulo que elucida os pressupostos teóricos deste trabalho, assim como justifica suas escolhas metodológicas, a partir de considerações sobre a colonialidade, a Geografia, os mapas e os povos e comunidades tradicionais (PCT). Este capítulo se faz como um convite à reflexão sobre a indissociabilidade dos PCT's de seus territórios. Para confecção desta abordagem territorial utilizaremos as contribuições de Saquet (2007), complementadas pelas considerações de Pedon (2012) e Fernandes (2005), que têm como função apresentar os movimentos sociais dos PCT's enquanto *movimentos sócioterritoriais*, exemplificando a impossibilidade de existência tradicional

alienada a seus territórios. Não obstante, apresentaremos as reflexões de Porto-Gonçalves (2014) e Montenegro Gómez (2012) para sustentar a premissa decolonial deste trabalho, e também, desvendar parte da colonialidade que atravessa nosso cotidiano.

Em seguida, trazemos uma breve discussão sobre a trajetória dos conhecimentos geográficos, até encontrarem sua sistematização em meados do século XVIII. Ressaltamos a substancial influência do movimento político, econômico e territorial experimentado desde o século XV por algumas nações europeias que, causou transformações importantes na trajetória da humanidade em diversas partes do mundo. Abordaremos a relevância política dos mapas e todos os processos que o envolvem, assim como uma retomada histórica da fundamental participação da cartografia e da Geografia para a expansão do imperialismo europeu, sugeridas através dos pensamentos de Harley (2009) e Rodrigues (2006).

Em resumo, esta primeira parte do trabalho pretende salientar as situações conflituosas vividas pelos PCT's diante da luta por seus territórios, que surgem a partir de questionamentos sobre a própria constituição do mundo moderno. É neste sentido que sugerimos no título que a Cartografia Social e a Geografia sejam postas a serviço da construção de “outros” mundos, partindo do entendimento que as narrativas e construções de mundo dos PCT's foram historicamente superadas - lê-se apagadas - pela força de imposição e apropriação dos objetivos europeus. Proposta que surge a partir da leitura das contribuições de Cruz (2014), que identifica o movimento de retorno de alguns povos e comunidades ao protagonismo das disputas e reivindicações sociais e territoriais.

Outro norteador importante deste trabalho é a demonstração de como esta reivindicação pelos direitos territoriais parte de uma necessidade fundamental, pois, as diversas formas de vida tradicional, suas práticas cotidianas, dependem, necessariamente, de seus territórios. Buscando evidenciar a importância desta dimensão territorial das discussões aqui propostas apresentaremos uma sucinta reflexão sobre as recentes conquistas políticas destes grupos, e também, as dificuldades encontradas na relação com decisões político-administrativas que não compreendem sua especificidade.

Para além desta dimensão política este trabalho apresenta algumas considerações sobre a importância dos mapas, seja como discursos de mundo, seja como instrumento de controle, mas que indiscutivelmente acreditamos conter um caráter educativo eminente. Explicitamos, portanto, a importância dos mapas para o ensino da geografia, mas não somente isso, como o avanço das tecnologias de informação possibilitam alternativas epistêmicas dentro da Geografia, sustentados pelas considerações de Girardi (2009) e de Fitz (2008) respectivamente.

Este novo momento atravessado pela Geografia, que pode ser entendido em meio a uma crise da ciência moderna (ROCHA, 2015), possibilita a inscrição de novas metodologias e proposições dentro do campo das disputas cartográficas (SANTOS, 2011), fazendo emergir uma série de processos de mapeamentos que confrontam a hegemonia antiga dos técnicos cartógrafos. Almeida (2013), Ascelrad (2013), Santos (2016) e Silva (2015) serão utilizados para a apresentação da Cartografia Social enquanto metodologia da ciência geográfica, e também, como um espaço de aprendizagem, assim como propõe Ribeiro Neto, Oliveira e Gouveia (2017).

A apresentação da Cartografia Social através dos caminhos metodológicos e teóricos traçados, tem como objetivo evidenciar as possíveis contribuições educativas desta para com os PCT's. Entretanto, compreendemos que seja necessária uma ampliação das discussões, para que sejam compreendidas as superações necessárias para o fortalecimento e consolidação dos territórios tradicionais, e de seus povos, em detrimento do ideário moderno colonial europeu engendrado até hoje na cultura ocidental.

Posteriormente, apresentaremos uma breve contextualização do recorte espacial proposto para a análise, – a baía da Ilha Grande –, elencando elementos que entendemos como fundamentais para os PCT's da localidade. Seguida pela análise acerca de uma experiência concreta de Cartografia Social com PCT's no âmbito educacional, buscando aproximar as proposições teóricas deste trabalho ao cotidiano vivido por algumas destas comunidades.

Ressaltando, portanto, marcas e condicionantes produzidos durante o imperialismo europeu, entendemos que a Cartografia Social pode funcionar como uma importante alternativa epistêmica, metodológica e pedagógica, além de um instrumento de luta, resistência e identidade. Isso permite, através da Geografia, a configuração de uma possibilidade de alteração no curso dos processos de produção de mapas, sobretudo nessas comunidades em que o território é elemento primordial para sua existência e reprodução. Compreendemos então que, a colonialidade presente tanto na Geografia, quanto nos processos cartográficos, devam ser percebidos, expostos e superados para que seja possível assegurar os direitos previstos para os povos e comunidades tradicionais no Brasil, e a este trabalho cabe contribuir com essa tarefa.

2. O NASCIMENTO DA PÁTRIA: A MORTE DOS POVOS E O SURGIMENTO DA NAÇÃO

Retomando brevemente o processo que culminou na ascensão dos Estados territoriais modernos europeus, desde um dos territórios outrora subalternizados por estes, consideramos a

possibilidade de desvendar algumas nuances quase imperceptíveis fora de uma abordagem decolonial. As proposições deste trabalho dependem, primeiramente, de uma reflexão que antecede a constituição do mundo tal qual conhecemos hoje, e que confrontam o que se muitas vezes é entendido como dado.

O Estados territoriais europeus tiveram sua origem durante um processo que se desenvolveu entre os séculos XIII e XIV, alcançando sua consolidação na península ibérica após a expulsão dos Mouros, fazendo surgir assim as “monarquias territorialmente centralizadas” (p. 05), conforme apontado por Porto-Gonçalves (2012). A partir de 1492, estas monarquias centralizadas iniciaram um processo que transformaria até os dias de hoje as lógicas de organização espacial, diante seu encontro com uma “nova” extensão de terra que viria a ser chamada de América pelos europeus. Neste sentido, “O encontro com a América muda o destino do mundo” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 05), mas não apenas isso, altera também drasticamente a trajetória escrita pelos Estados territoriais europeus em diversas partes do planeta, permitindo interpretações dos projetos que estes colocavam em curso e os reflexos destes até os dias de hoje. A consolidação de um sistema de proporções globais impôs um modelo de organização espacial que apesar de passar por alterações vêm sendo naturalizado com o passar das épocas (PORTO-GONÇALVES, 2012).

O documento que, de fato, permite a manutenção e consolidação deste modelo foi o tratado de Westfália (1648), também conhecido como a “paz de vestfália”, que corrobora com esta “territorialidade inventada” pelos monarcas europeus. Promovendo os conceitos de “soberania estatal” e “estado-nação”, este aglomerado de acordos sustenta a configuração do Estado territorial enquanto um espaço sócio-político.

Porto Gonçalves (2012) propõe que estes são conformados por um “container de poder” estabelecido através de pactos político territoriais entre distintos blocos históricos geográficos. Os blocos históricos geográficos serão constituídos “a partir de relações sociais assimétricas” que retratam em “outras escalas as relações sociais e de poder que os constituem” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 18 a 19).

Desta maneira, cada estado territorial será conformado por alianças e contextos sociais específicos, ou seja, serão, antes de tudo, produto de relações sociais e de poder, que em sua maioria, acontecem de forma assimétrica, desproporcional e até mesmo imperceptível. Por isso, este autor nos alerta para que:

(...) sequer, nos damos conta de que os territórios não são substâncias a-históricas e que são, sempre, inventados e, como tais, realizam concretamente os sujeitos históricos que os instituíram. Portanto, há que se considerar o território e seus sujeitos instituintes e, assim, é fundamental que desnaturalizemos esse conceito (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.18).

Aqui, podemos observar uma das premissas mais fundamentais do trabalho, a de propor um conceito de território que desnaturalize e conteste a dissociação entre território e seus sujeitos, assim como relações sociais e de poder que os atribuem forma e espacialidade. Neste sentido, há a necessidade de superação da marca colonial residente na dicotomia sociedade e natureza, como enfatiza Porto-Gonçalves (2012):

Sociedade e território são indissociáveis. Toda sociedade ao se constituir o faz constituindo o seu espaço, seu habitat, seu território. Ao contrário do pensamento disjuntivo que opera por dicotomias, como quer fazer crer o ainda hegemônico pensamento eurocêntrico moderno, não temos primeiro a sociedade (ou o espaço) e, depois, o espaço (ou a sociedade) – sociedade e espaço. Na verdade, sociedade é espaço, antes de tudo, porque é constituída por homens e mulheres de carne e osso que na sua materialidade corporal não podem prescindir da água, da terra, do ar e do fogo. O fato de que os homens e mulheres sejam seres que fazem História e Cultura, animais simbólicos que são, não os faz deixar de ser matéria viva. Toda apropriação material é, ao mesmo tempo, e não antes ou depois, simbólica. Afinal, não nos apropriamos de nada que não faça sentido, que não tenha significado. O conceito de território pensado para além dos dualismos nos obriga a abandonar um dos pilares do pensamento eurocêntrico que é a separação de sociedade e natureza (p. 26).

É sobre esta base que se sustentam as proposições expostas por este trabalho, buscando uma metodologia sensível aos diferentes fenômenos e ações que possam, de alguma forma, ter contribuído para a trajetória que relaciona as comunidades tradicionais latino americanas e as mobilizações e concepções europeias, sobretudo as enraizadas no que hoje chamamos de Brasil. Desta forma, apresentaremos alguns fatos históricos que antecedem o encontro das monarquias portuguesas com estes espaços, permitindo assim uma análise mais ampla sobre o objeto.

Buscando apresentar de forma breve os efeitos da relação destes diversos acontecimentos com a Geografia, que fizeram emergir, a partir de uma concepção colonial, moderna e europeia, não só a nação como também a geografia brasileira, retomamos algumas reflexões de Rui Ribeiro de Campos (2011), em seu livro “Breve Histórico do Pensamento Geográfico Brasileiro nos Séculos XIX e XX”. Compreendendo que existam acontecimentos importantes que antecedem o tratado de Westfália.

Este autor propõe que a tomada da cidadela de *Ceuta* no ano de 1415 pelos portugueses, pode ser considerado como um marco do processo de expansão colonial, que combinava “interesses da nobreza e da Igreja católica” (p.25) sob o discurso da “missão de salvar o mundo”. Seguindo a empreitada pela aquisição de novos territórios os portugueses em 1425 conquistaram a Ilha da Madeira, em 1427 os Açores e em 1434 o cabo Bojador localizado no Saara ocidental. (CAMPOS, 2011)

Campos (2011), sugere que a superação do cabo do Bojador, que permitia o acesso ao mar aberto, rompia com uma “barreira psicológica: o avanço para a *zona tórrida*”, se transformando em um outro importante momento da expansão lusitana que abriu caminho para a conquista de novos territórios. Até que em 1488, “ Bartolomeu Dias atingiu o cabo da Boa Esperança e, dez anos depois, Vasco da Gama chega a Calicute, nas Índias” (p.26). Entre este período de oitenta anos que separam o avanço sobre Ceuta e depois Calicute, houveram acontecimentos fundamentais, como a criação de diversos pontos e rotas de comércio fora do continente europeu. Todavia, destacamos o interesse geopolítico identificado nas iniciativas portuguesas que buscavam o controle de diversos pontos estratégicos, como o próprio cabo da Boa Esperança, localizado no extremo sul do continente africano, único ponto de passagem marítimo entre os oceanos atlântico e pacífico até então. (CAMPOS, 2011)

Diante deste cenário, que implica no controle e posse de territórios e rotas, as coroas portuguesa e espanhola assinam o Tratado de Toledo de 1480, que “garantia aos portugueses as águas e as terras que fossem descobertas ao sul das ilhas Canárias; isso assegurava a Portugal o controle do caminho da Índias pelo atlântico Sul” (CAMPOS, 2011, p.27). Entretanto, as terras que seriam descobertas pelo navegador Cristóvão Colombo em 1492, fundamentais para a consolidação do que viria a ser o mundo moderno colonial, estavam localizadas a sul desta linha imaginária que dividia o globo entre duas monarquias católicas. Por este motivo, partindo de um pedido espanhol o representante máximo da ordem cristã na época, o papa Alexandre VI, “através da bula *Inter Coetera* (1493) ” (CAMPOS, 2011, p. 27), propõe uma alteração importante na linha demarcatória, que agora seria uma linha que se estenderia de norte a sul, feito um meridiano, e não mais uma que fosse de leste a oeste, como um paralelo (CAMPOS, 2011).

No entanto, Portugal não aceitou esta decisão que lhe atribuía o Leste, ou seja, a África, enquanto deixava toda a extensão das novas terras sob domínio espanhol. Com isso, “em negociação direta com a Espanha, na cidade espanhola de Tordesilhas, conseguiu um tratado (1494) que mudou a linha demarcatória para 370 léguas a oeste de Cabo Verde” (CAMPOS, 2011, p.27), o que garantia o território das ilhas caribenhas à Espanha, e deixava espaço para possíveis descobertas portuguesas. Campos (2011) indica que os espanhóis pensaram em deixar apenas grandes extensões oceânicas para os portugueses, pois segundo ele, já consideravam a possibilidade de encontrar outras terras mais ao sul.

Em março de 1500 uma expedição parte de Portugal com mais de 13 embarcações, sob o comando de Pedro Álvares Cabral, rumo ao encontro um mês mais tarde com a *Terra de*

Santa Cruz, que já em 1503 receberia o nome de Brasil. Algumas reflexões do autor sugerem uma constatação importante, sobretudo para o andamento deste trabalho, quando pontua:

Com os portugueses, pela primeira vez, começou a se formar uma economia em escala mundial; e também a se adquirir **uma visão global do planeta**, [...] **As visões fantásticas vão se acabando e os mapas vão ganhando maior precisão e mais detalhes.** O mundo mostrava aos intelectuais europeus uma diversidade cultural que os inquietava. A perturbação causada pode ser comparada à provocada por Nicolau Copérnico [...] O europeu, contudo, não vai se dar por vencido; procurará **dominar os outros povos, impor** a sua cultura e **apagar da memória** os trechos da história destes povos que o incomodavam, deixando **o desconhecido como tradição, para destruir identidades.** (CAMPOS, 2011. p. 28)

No sentido do que propõe Campos (2011), identificamos que os mapas foram um dos elementos centrais na relação existente entre o processo de apropriação de territórios do expansionismo europeu, onde o Brasil, foi um dos primeiros a experimentar esta dominação, estabelecida por meio de imposições, com o intuito de apagar - ou construir de forma perversa - as memórias e destruir suas identidades. Não obstante, se observarmos os tratados que, de alguma forma, delimitavam e distribuíam espaços de forma arbitrária, perceberemos que estes sempre partes de convenções cartográficas. Os tratados de Toledo e de Tordesilhas, nada mais são do que um acordo de caráter cartográfico, repartiam uma representação específica do “mundo da época”, usando linhas imaginárias e feições geomorfológicas como pontos de referência. Logo em seguida, O tratado de Westfália, corrobora a configuração centralizada de Estado-Nação, além de conferi-las uma soberania inviolável e equivalente aos seus semelhantes, fundamentando um enraizamento das bases modernas europeias sobre o espaço.

Compreendemos, portanto, que os conhecimentos geográficos, mais especificamente os cartográficos europeus do século XIV, foram fundamentais tanto para a construção deste que seria o espaço colonial, quanto para o apagamento, dominação e marginalização das populações que habitavam anteriormente estes espaços.

Fortalecendo este novo momento, a modernidade, começa a ser construída pela superação dos medos do novo, através dos mapas, das descrições e dos relatos. Todavia, sugerimos aqui uma reflexão um pouco menos superficial, para exemplificar que não apenas os primeiros mapas e relatos, que eram produzidos por pesquisadores e expedicionistas europeus marcaram a história territorial brasileira. Como exemplo, retomamos o que é considerada a primeira obra brasileira de geografia, publicada no ano de 1817, cinco antes da independência, escrita pelo português Manuel Aires de Casal que era padre, intitulou sua obra de “Corografia Brazílica relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil”. Segundo análise de Campos (2011), temos que:

Corografia Brazílica possuía as características básicas das obras europeias similares. Apesar de não trazer contribuições do ponto de vista científico, foi a primeira compilação de dados existentes sobre o país, e por isso, a fonte de informações sobre o Brasil para diversos compêndios geográficos europeus e a base dos poucos livros de geografia aqui publicados. [...] foi o primeiro a publicar aqui a famosa carta do escrivão Pero Vaz de Caminha; para alguns, esta carta é nosso primeiro documento geográfico, que, por sinal, é uma descrição da aparência. Apesar de possuir informações cartográficas(...) foi a fonte de informações sobre o Brasil e a base dos poucos livros publicados, isso retardará a renovação metodológica da Geografia. (p. 48 e 49)

Notamos aqui, novamente a presença dos conhecimentos cartográficos, agora, interligados diretamente com a primeira e principal obra de geografia da época, substancialmente marcada pelos padrões e interesses europeus. Para se ter uma ideia das perspectivas admitidas por este “pai” português da geografia brasileira, apesar de atribuir certo protagonismo ao analisar os “indígenas”, ele alocou o discurso sobre estes nos parágrafos destinados a descrição da fauna brasileira. O que não só desqualifica a natureza humana destas populações, como também, sugere a possibilidade de controle e dominação, que no caso brasileiro aconteceu tanto social como espacialmente.

Brasil, que nos dizeres de Tom Jobim “não é para principiantes”, viu “a sede da metrópole colonial se trasladar para a colônia com a transmigração da família real para o Brasil, em 1808” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.21), mas não somente isso, foi também o único dentre todas as nações latino americanas que conquistaram a independência no século XIX a implementar uma monarquia após o período colonial.

Não obstante, o Estado territorial brasileiro encontrou seu alicerce em um pacto político-territorial sustentado por dois pilares fundamentais, o latifúndio monocultor de exportação europeu e a escravidão de populações não europeias, sobretudo de origem africana, comandados pelas oligarquias definidas como “elites *crioulas*” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.20 e 21)

Visto a complexidade do caso brasileiro utilizamos um outro tratado, de cunho cartográfico, e estabelecido entre os mesmos portugueses e espanhóis para gerir as terras anexadas, como uma provocação ao leitor. O tratado de Madri de 1750, que buscava oficializar algumas áreas incorporados pelos portugueses através das bandeiras, mas que, segundo o tratado de Tordesilhas, pertenciam à coroa espanhola, tinha como norteador um princípio de posse, ou uso, onde “cada país deveria ficar com o que possuía na época (*uti possidetis*)” (CAMPOS, 2011 p. 37).

Compreendendo o uso como o principal enraizador e construtor das características sociais e espaciais de cada território, sugerimos que sejam reconhecidos os direitos territoriais

àqueles que habitam o espaço, que o utilizam diariamente, no caso deste trabalho em específico, os povos e comunidades tradicionais pré-históricos ao Estado territorial brasileiro: que precisam lutar pelo direito de possuir seus próprios espaços de vida.

Partindo da elucidação de todo este aglomerado de fatos históricos supracitados é que propomos a construção deste trabalho, pautados sobre o apagamento das populações que residiam no espaço que hoje é o Brasil e sobre a importante contribuição dos mapas e da própria geografia para a manutenção das relações assimétricas de poder e sociais.

2.1. Comunidades Tradicionais, Espaço e Território: Os Movimentos Sociais e a Colonialidade.

Destacando o processo de constituição do *sistema mundo moderno colonial* que se iniciou há pelo menos meio milênio através do surgimento dos estados territoriais europeus, propomos uma análise desde um espaço amplamente conformado e transformado por este movimento expansionista, que, ao passar dos anos incorporaram e submeteram diferentes espaços a seus interesses. Deste modo, e considerando a posição do continente americano, mais especificamente da América Latina, este trabalho parte do pressuposto que “O descobrimento do novo continente foi o encobrimento dos seus povos” conforme indica Porto-Gonçalves, (2012, p.5).

Imagem 01. Imagem ilustrativa do quadro *A chegada de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500.*



Oscar Pereira da Silva, 1900. Atualmente localizado no Museu Paulista.

Retomando este apagamento como um dos elementos fundantes do que hoje é a República Federativa do Brasil, ressaltamos a importante alteração nos conflitos sociais relacionados à terra-território na América Latina, sobretudo as ocorridas no final dos anos 1980. Sua dinâmica política é alterada pelo surgimento de “uma diversidade de “novas” vozes, de

“novos” sujeitos políticos, de “novos” protagonistas que emergem na cena pública e nas arenas políticas” (CRUZ, 2014 p.37).

Em resumo, os povos historicamente apagados, marginalizados e desapropriados, desde o período colonial, agora, ressurgem nas arenas políticas como protagonistas de movimentos sociais ligados a questões identitárias, de terra e dos direitos civis. Os *novos velhos protagonistas* impulsionam um levante que estabelece um laço entre os movimentos sociais e a Geografia, sobretudo na década de 1990, assim como aponta Pedon (2013).

Desde então, ocorreram diversas mudanças, seja na natureza dos conflitos, seja nas formas de resistência, mas, o que destacamos aqui é uma alteração importante na esfera política dos movimentos sociais de comunidades e povos historicamente marginalizados no Brasil. Um marco importante deste novo momento foi iniciado com a inauguração do Ministério do Desenvolvimento Social em 2004, onde a luta desses povos e comunidades ganha um suporte fundamental para suas reivindicações: primeiro a criação de uma Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e em seguida a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

O objetivo geral deste documento é, segundo seu Art. 2º.:

A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. (DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007).

Esse fato, transforma-se em um marco no momento em que é assumida esta pluralidade étnica contida dentro do Estado brasileiro, mas não apenas isso, também por alterar substancialmente a natureza dos conflitos, pois corrobora a legitimidade territorial desses povos.

Este decreto, assim, define esses grupos sociais:

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por: I - **Povos e Comunidades Tradicionais**: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; II - **Territórios Tradicionais**: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

e demais regulamentações; e III - **Desenvolvimento Sustentável**: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras. (DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007, destaques adicionados).

Observando rapidamente as proposições do documento é possível identificar uma relação fundamental entre estes povos e comunidades tradicionais (PCT's) e seus territórios, onde este segundo é concebido como “condição para sua reprodução” e elemento fundamental da cultura e existência.

É partindo desta premissa que propomos uma abordagem geográfica, sobretudo territorial, dos processos de representação espacial e suas dinâmicas, ou mais especificamente, sua importância estratégica para os PCT's. Compreendendo que os espaços serão produzidos através das relações sociais, das características naturais que lhes são constitutivos, de certa virtualidade e dos processos que envolvem a construção de conhecimento. Temos que o Espaço geográfico é multidimensional, sendo composicional, de espaços, que

[...]contém todos os tipos de espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. (FERNANDES, 2005, p.26)

Partimos, então, do entendimento de que os territórios são criados através das relações sociais que transformam o espaço, ao mesmo tempo em que os territórios e, obviamente, os espaços, são essenciais para a realização destas. As relações sociais, portanto, “[...] produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis” (FERNANDES, 2005, p.28).

Considerando esta indissociabilidade existente entre os espaços e as relações humanas, sobretudo no que tange às questões territoriais e de luta pela terra, consideramos os movimentos sociais compostos pelos PCT's como promotores de seus próprios espaços, onde seus territórios adquirem uma característica específica e completamente necessária para o entendimento de suas formas de existir. Assim, uma interpretação geográfica deve destacar que “esses espaços são materializações, que se concretizam na realidade, em lugares diversos, espaços múltiplos, e é possível mapeá-los de diferentes modos, contribuindo com leituras geográficas” (FERNANDES, 2005, p. 30 - 31)

Fernandes (2005), buscando um refinamento das análises sobre esta especificidade territorial de alguns movimentos sociais, propõe o conceito de “movimentos socioterritoriais” que:

[...] têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios (FERNANDES, 2005 p. 31)

Posta esta relação de dependência mútua entre território e os PCT's, consideramos que seja necessária uma abordagem territorial de qualquer ação, prática ou fenômeno envolvendo estes movimentos, partindo do entendimento de que seja impossível a dissociação entre vida e território. Desta forma, este trabalho pretende analisar os processos de representação espacial e os possíveis desdobramentos que possam ter para a Geografia e seu ensino a partir de uma abordagem territorial.

Considerando que os processos de delimitação das fronteiras políticas, e que, os próprios processos de elaboração dos mapas políticos, não apenas delimitavam e nomeavam, como também separavam, excluíaam, reuniam, e tudo isso sustentado por uma necessidade criada em nome das pretensões expansionistas das potências europeias. Fazendo com que os mapas se tornassem “poderosos instrumentos de controle, de regulação e de dominação sociais, culturais e políticas ao serviço, não só, da construção de impérios coloniais como também da manutenção das suas lógicas de dominação na época pós-colonial” (RODRIGUES, 2005, p.02).

Destacando a importância desta função política e ideológica dos processos que envolvem a representação espacial, mas também, salientando este novo momento em que tais processos contribuem para a manutenção da lógica de dominação colonial, a Cartografia Social emerge como uma alternativa aos processos convencionais de mapeamento. Concebendo este tipo de processo cartográfico como uma possibilidade de inversão da lógica das representações espaciais, e que possibilita a produção de uma “*sub-versão*” do mundo, a partir do interior dos espaços produzidos pelos PCT's. Ressaltamos, porém, que esta disputa transcende a esfera política, possuindo, essencialmente, uma luta por “justiça cognitiva”. Configura-se como uma disputa por uma nova base epistêmica, que anseia por justiça tanto social, quanto cognitiva, “uma luta da democratização dos saberes e conhecimentos, bem como da valorização de outras matrizes epistêmicas que não as do conhecimento científico ocidental” (CRUZ, 2014, p. 41).

Compreendemos, então, que o território é um espaço político, abstrato e imaterial, e, ainda que seja uma das frações do espaço geográfico, se configura também como multidimensional, caracterizado pelos controles sociais e relações de poder que lhes são constitutivos. Desta maneira, uma abordagem territorial compreende e apreende tanto as ações quanto seus produtos espacializados, superando as dualidades como sociedade e natureza, e

contribuindo para novas possibilidades de desenvolvimento, de outras relações sociais entre sujeitos e seus espaços.

Entretanto, cabe salientar que tais relações sociais serão regidas por certa carga de intencionalidade, e entendemos aqui intencionalidade como “uma visão de mundo, ampla, todavia una, é sempre uma forma, um modo de ser, de existir. Constitui-se em uma identidade. [...]E assim, constrói uma leitura parcial de espaço que é apresentada como totalidade”. (FERNANDES, 2005, p. 27)

O território é concebido, portanto, mediante diferentes formas de poder que regem relações sociais, e estas últimas, por sua vez, produzem a partir de sua intencionalidade uma leitura dentre várias possíveis do espaço. Desencadeando assim diversas e diferentes leituras socioespaciais que, estarão inscritas em um campo de forças constantemente em disputa (FERNANDES, 2005).

Todavia, o território pode ser entendido também como organização política de gestão e autonomia, conforme indicado por Saquet (2007). Este autor apresenta elementos fundamentais para o debate, e é a partir de sua proposta de abordagem territorial que buscamos analisar os processos cartográficos, seus efeitos sobre o espaço, e sua utilização como instrumento de luta política e epistêmica.

Saquet (2007) pontua que a compreensão dos processos territoriais deva ser transformada em práxis cotidiana, onde cada parte deste emaranhado de relações sociais, que produzem marcas históricas, multiescalares e de poder, possam ser potencializadas em prol da autonomia, da valorização e fortalecimento cultural (SAQUET, 2007, p.176).

Para uma compreensão mais sólida destes processos geográficos que são constitutivos do espaço vivido e da práxis cotidiana, apresentamos uma breve e objetiva definição proposta por Fernandes (2005):

Os processos geográficos são, igualmente, movimentos das propriedades espaciais e das relações sociais. São quatro os processos geográficos primários: espacialização, espacialidade, territorialização e territorialidade. São três os processos geográficos procedentes: desterritorialização, reterritorialização, desterritorialidade, reterritorialidade. Enquanto a territorialização é resultado da expansão do território, contínuo ou ininterrupto, a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas. [...] A desterritorialidade acontece com o impedimento da realização de uma dessas ações. Da mesma forma fora que a reterritorialidade acontece com o retorno da mesma. [...]A espacialidade é o movimento contínuo de uma ação na realidade ou o multidimensionamento de uma ação. A espacialidade carrega o significado da ação. Na espacialidade a ação não se concretiza como é o caso da espacialização. A espacialidade é subjetiva e a espacialização é objetiva. (FERNANDES, 2005 p.29)

Esta proposta que aproxima as reflexões da práxis cotidiana aos processos geográficos, surge do entendimento de que estes PCT's e seus espaços, são interligados por uma relação de identidade, que reside no cotidiano, em sua própria territorialidade, espacialidade, e por consequência, em seus territórios. Por isso, Saquet (2007) nos atenta para a importância de se reproduzir, de forma indissociável ao território, a identidade, suas redes, e até mesmo reorientar os processos de desenvolvimento e suas relações de poder, alterando assim o cotidiano através de sua territorialidade e temporalidade.

Há des-continuidades na relação tempo-espaço-território, na qual a mudança social se dá com a mudança territorial e vice-versa: nada se faz, muda, permanece ou se pensa sem se articular, identificar e se concretizar na e com a territorialidade cotidiana. (SAQUET, 2007, p. 176 - 177)

Desta forma, explicitamos a ampla diversidade dos espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais por intermédio de suas práticas cotidianas, seus modos de existir. As práticas políticas que almejam o desenvolvimento destes tipos de movimento social, fazem-se nos espaços de socialização, que surgem em diferentes territórios e que são fundamentais para as ações que buscam transformar sua realidade socioterritorial. Ressaltando que, em muito, os movimentos socioterritoriais dos PCT's anseiam por um processo de reterritorialização que busca superar um processo anterior de desterritorialização promovido desde os tempos da Colônia. Consideramos que a territorialização dos colonos europeus, e posteriormente a produzida pela emancipação das elites *crioullas*, chegando até o Estado territorial brasileiro, aconteceram em detrimento da destruição e desarticulação dos territórios outrora ocupados pelos PCT's.

Compreendendo este processo histórico de luta e disputa pelo direito ao território é que admitimos uma perspectiva decolonial. Por entender que as marcas e desdobramentos produzidos durante o período colonial ainda são elementos centrais na discussão territorial envolvendo os PCT's. Montenegro Gómez (2012) descreve como este pressuposto decolonial contribui para o entendimento dos processos geográficos e das relações sociais que compuseram toda a trajetória dos PCT's desde o século XV.

Há quinhentos anos, a historiografia tradicional vem relatando que houve um processo de colonização de terras e gentes nas Índias Ocidentais. Terras e gentes que receberam nomes alheios e genéricos: América e índios.[...]O paradigma decolonial não seria visto, assim, apenas como uma estratégia de denúncia de ultrajes históricos, mas sim como mais uma ferramenta que possibilita desvendar os mecanismos e as consequências desse desenvolvimento combinado e desigual que o capital reproduz *ad infinitum*. [...]Esses espaços imbuídos de outras epistememas nos mostram que há diversidades ainda não totalmente subsumidas na lógica do capital, que se

reforçam por conhecimentos e cosmovisões outras que não as ocidentais, modernas, científicas, etc. Indígenas, quilombolas ou camponeses de todo tipo com sua forma de existir e se reproduzir econômica e socialmente promovem uma crítica contundente à lógica dos mecanismos de poder na nossa sociedade. A decolonialidade nos abre a porta para entender esses processos de forma ampla. Não apenas como estratégias econômicas que entram em conflito, mas sim como formas de construção de conhecimento diferenciadas. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2012, p.170 - 171)

Usando dessa ótica decolonial, entendemos que os mapas políticos convencionais são uma, dentre as várias formas do conhecimento ocidental, que serviram aos interesses da expansão capitalista europeia a partir do século XV. Desta forma, os mapas políticos são entendidos como exemplares da colonização do conhecimento desde o meio do milênio passado, na medida em que devem ser construídos sob critérios de validade científica que a própria ciência moderna ratifica. A valorização do saber ocidental e científico como único válido em detrimento de qualquer outra forma de construção de conhecimento, marca fundamentalmente produzida no período colonial, ainda está fortemente presente nos processos de produção cartográfica conforme aponta Rodrigues (2006).

Desse entendimento é que apresentamos a Cartografia Social como uma alternativa não apenas processual e metodológica, como também epistêmica, aos processos de produção cartográfica que buscam delimitar os territórios dos PCT's. Compreendendo que este processo de representação cartográfica seja produzido não apenas à partir das territorialidades, mas também como uma das ações que compõem e reforçam suas territorialidades.

Por este motivo é que se propõe uma abordagem territorial das representações cartográficas ligadas ao PCT's, partindo da premissa de que sua existência e seu território são indissociáveis, mas também, ressaltando que este processo é marcado por conflitos e pela colonialidade que lhes são inerentes. Entendemos, portanto, que a Cartografia Social pode exercer o poder de subverter a lógica que rege os processos de produção cartográfica, superando assim a colonialidade, e conseqüentemente, seus efeitos sobre as versões de mundo que esta produz. Buscando valorizar outra base epistêmica e funcionando como um instrumento de luta que incrusta na terra sua reterritorialização e espacialidade, alterando assim o curso das disputas e conflitos dos PCT's.

3. A GEOGRAFIA E OS MAPAS: A CONSTRUÇÃO DO MUNDO.

Para alcançar uma abordagem mais pragmática a respeito das possíveis relações a serem destacadas entre o campo científico da Geografia e os mapas, achamos prudentes destacar

alguns posicionamentos, com o intuito de explicitar os lugares desde onde se constrói este pensamento, fato que consideramos de fundamental relevância. Desta forma, a posição subalternizada em diferentes escalas e dimensões desde onde emerge este trabalho, é tida como central para a perspectiva admitida: a pergunta da pesquisa surge a partir de povos historicamente marginalizados e apagados, a própria pesquisa enquanto construção científica parte de um berço que não é um dos grandes polos difusores de conhecimento. Deste modo, pontuamos a necessidade de justificar brevemente quais pressupostos sustentam as proposições deste trabalho.

Primeiramente, retomamos algumas reflexões de Rocha (2015) quando demonstra que inúmeras disciplinas científicas, cada vez mais, exibem “movimentos plurais de ruptura com as narrativas hegemônicas” (p.29) em meio a uma “crise da modernidade”, fazendo surgir narrativas outras, assim como discussões e representações que fogem do padrão empregado tradicionalmente. Neste sentido, a “A cartografia oficial do Estado, cartesiana e positivista, é deslocada de sua exclusividade e incontestabilidade” (p.29), dando espaço ao surgimento de:

Uma vastidão de produtos, processos, práticas e experiências que dão outro sentido para o uso da cartografia, nos quesitos forma, conteúdo e processos de produção. Mapeamentos empreendidos por populações marginalizadas a partir de experiências coletivas, produções cartográficas realizadas por artistas que enfatizam suas potencialidades estéticas subversivas; cartografias de protesto que denunciam os efeitos destrutivos de projetos desenvolvimentistas; abordagens participativas na construção crítica de conhecimento; são alguns casos desta diversidade de narrativas em processo de emergência e visibilidade, que se tornam evidentes neste momento chave da história da cartografia. (ROCHA, 2015, p. 29)

Com isso, Rocha (2015) nos alerta para a complexidade deste momento que, envolve muito mais do que apenas uma crise da modernidade, pois, a partir desta, aparecem desdobramentos fundamentais que a acompanharam. O questionamento da soberania do racionalismo científico, seguido pelas diversas críticas tanto à Geografia em si, quanto ao modelo convencional de cartografar, promove tensionamentos que permitem o surgimento de uma diversidade de “[...] outras formas de fazer e pensar a cartografia” (ROCHA, 2015, p. 29). Este momento de reconhecimento das diversidades, que há tempos eram “despercebidas” de forma intencional, revela elementos há muito encobertos com o véu da neutralidade e da racionalidade. Se utilizando das colocações do autor português, Boaventura de Sousa Santos, Rocha (2015) demonstra como existe uma “lógica monocultural da modernidade” que se distancia de qualquer subjetividade possível no processo de produção das representações espaciais.

Em tese, o autor demonstra a existência de apenas um “tipo” de cartografia possível dentro do discurso monocultural da modernidade europeia, que é justamente idealizado como um “artefato rígido e estático, e cria o mito de que os métodos científicos que as sustentam são as evidências de sua objetividade” (p.31). Deste modo, esta cartografia oficial, “[...]dos profissionais, do Estado, dos militares, da engenharia, ganha o direito a chancela, a decidir e definir o que é e o que não. Ainda que seja difícil a tarefa de expor as possíveis problemáticas que residem nesta forma de acontecer da cartografia europeia, concordamos com Rocha (2015) quando propõe que “elas criam um conjunto de discursos, práticas e instituições que possuem faces geográficas associadas aos seus desdobramentos no espaço e no discurso sobre o espaço” (p.30).

A partir disso, compreendemos que estes desdobramentos espaciais residentes nas práticas cartográficas podem ser apropriados e subvertidos em favor daqueles que, durante séculos, tiveram sua cultura, formas de reprodução e apropriação desqualificados pelo discurso da modernidade europeia. Neste sentido, compartilhamos da noção proposta pelo autor, quando diz que:

A cartografia, forma de representação do espaço por excelência, desempenha funções relevantes para estes dois sentidos de movimentos:

- a) Enquanto representação do espaço atua na sua transformação, como ferramenta que produz, dialeticamente, o espaço geográfico material e simbólico;
- b) Enquanto uma das formas de representação do discurso geográfico, atua sobre este, produzindo-o também de forma interacional e conflitiva.

(ROCHA, 2015. p.30)

Desse entendimento, é que defendemos aqui que as representações espaciais possuem uma relação estrita com as transformações nos espaços, e também, com a confecção de discursos geográficos, alinhando nossas concepções com as considerações de Rocha (2015). Entendemos que exista uma conexão fundamental entre estes, pois, “uma vez que a produção do espaço implica em formatar discursos sobre este (...) a construção do discurso geográfico também possui seus impactos na forma como nos apropriamos do espaço e o produzimos” (ROCHA, 2015, p. 31).

Portanto, desejamos, assim como este autor, utilizar das possíveis constatações elaboradas a partir de uma reflexão mais aprofundada sobre os discursos e desdobramentos da modernidade, para analisar não apenas o processo de representação espacial, mas também em como este se relaciona com a construção do discurso geográfico, como se utiliza dos conhecimentos desta, e mais, como ainda se inscreve em um mar de conflitos situados nas diversas formas de poder e de saber.

Buscaremos através desta perspectiva decolonial exemplificar de forma breve algumas das particularidades que circunscrevem uma cartografia específica da modernidade europeia, que contribui na transformação do mundo, desde o fim da segunda metade do século XIV até os dias atuais.

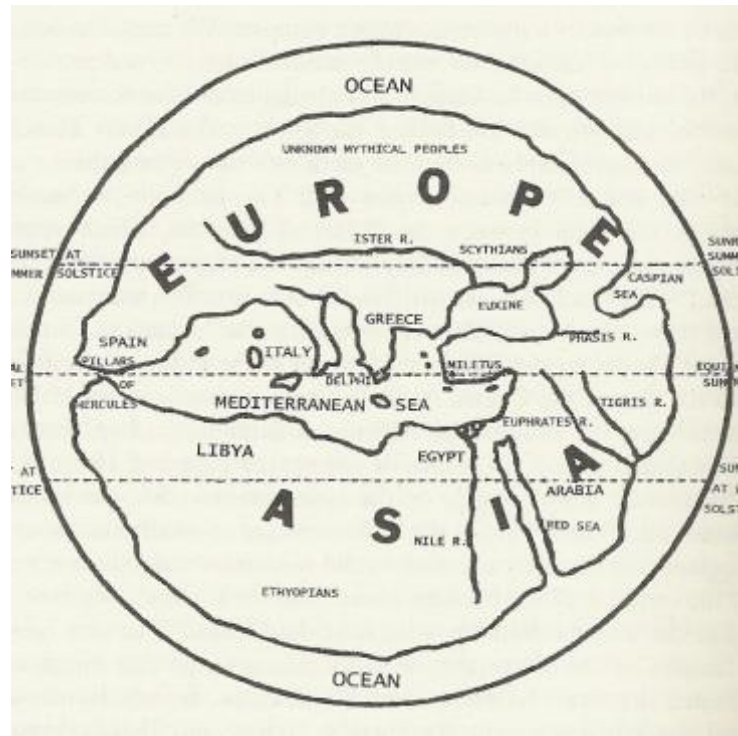
Supomos que “a corrida da expansão territorial dos embrionários Estados europeus requisitou à cartografia um teor de objetividade e realismo diferente dos mapas produzidos no período da Idade Média” (p.32), promoveu um modelo de cartografia que foi se transformando e se consolidando cada vez mais com o passar das épocas, e que, foi produzindo e propagando, tanto discursos da ciência geográfica quanto transformações espaciais por todo o mundo. (ROCHA, 2015, p.32)

3.1. Os Conhecimentos Geográficos e o Projeto Científico da Modernidade Europeia.

Os conhecimentos classificados como *geográficos* estão presentes nas diferentes sociedades humanas há séculos. No entanto, de forma misteriosa e mais objetiva, alguns trabalhos apresentam a confecção da primeira *carta do “mundo”*, realizada por Anaximandro de Mileto, na antiga Grécia, no século VI a.C., como um marco.

Dito isto, torna-se necessário ressaltar uma disputa existente já nesta época entre noções distintas do que seria geográfico, fato que antecede até mesmo a própria produção desta carta e que traz elementos que contribuem para o objetivo deste trabalho (PEREIRA, 2009, p. 81). A exposição da disputa existente entre “conhecimentos”, a importância das representações espaciais e seus impactos sociais, podem ser tomados como exemplo.

Imagem 02. Imagem ilustrativa da carta do mundo de Anaximandro de Mileto.



Fonte: <http://www.percepolegatto.com.br/2012/01/10/anaximandro/>

Uma das tendências era mais alinhada aos conhecimentos geométricos e astronômicos, outra mais ligada aos viajantes, historiadores e políticos. Esta última, expressava um sensível interesse nas relações entre os diferentes territórios, seus recursos e as variadas sociedades humanas. Nesta perspectiva a investigação do “novo” contribuía substancialmente para a ampliação das reflexões e constatações geográficas. E mais do que isso, aponta para um questionamento do uso ou função de tais produtos elaborados a partir desse tipo de conhecimento. Todavia, ainda que seu esboço remonta a milênios atrás, a Geografia enquanto ciência, tal qual conhecemos hoje, demorou a encontrar o amadurecimento necessário para sua sistematização, apesar de expressar desde este período sua vocação política e econômica. (PEREIRA, 2009, p. 81)

Esta pequena retomada, uma dentre milhares de “gêneses” possíveis, tem como objetivo apenas demonstrar como os conhecimentos espaciais, ou geográficos, desde muitos séculos atrás já eram objetos de disputa, que estavam entrelaçados com desejos políticos e anseios econômicos. Entendemos que, os pressupostos históricos, sejam de ordem material ou de ordem ideológica, estiveram suficientemente estabelecidos para que fosse possível a efetivação da Geografia enquanto conhecimento sistematizado somente no início do século XIX. Cabe ressaltar, porém, que as condições materiais por si só não promovem “mecanicamente” o

surgimento da geografia moderna, é necessário que concomitantemente esteja estabelecido certo arcabouço lógico-filosófico, e que este, não necessariamente seja considerado um efeito das condições materiais pré-existentes. “Há uma relação dialética entre a base material e a consciência” (PEREIRA, 2009 p. 85)

Apresentaremos agora, brevemente, algumas transformações históricas de ordem material que contribuíram para a sistematização da geografia como uma ciência, e que, procuram reforçar a importante relação entre a lógica de produção e acumulação vigente e a trajetória epistemológica da geografia e dos processos de representação do espaço.

Com o advento das conhecidas *grandes navegações* e a descoberta do “novo mundo” no século XV, um novo momento se constituía a partir da consolidação deste espaço, então, global. Esta representação de totalidade do planeta, não deixa de ser importante nas trajetórias que levaram até a Geografia moderna, porém, é a lógica de acumulação capitalista proposta pelos impérios europeus que demanda o estudo e conhecimento dos “novos” espaços, e as diferentes formas de incorporá-los às economias já existentes que permitem um salto qualitativo nos conhecimentos geográficos.

A descrição, levantamento e catalogação de diversas informações sobre estes “novos” espaços foram sendo cada vez mais sistematizados e organizados. Além disso, foram criadas as sociedades geográficas e os escritórios coloniais. O acúmulo destas informações, seguida do aprimoramento dos estudos comparativos entre as diversas localidades, desencadearam questionamentos que indicavam uma necessidade de sistematização destes tipos de conhecimentos, e conseqüentemente, da própria Geografia. Outra condição material importante, e que acompanhou todo o processo, foi o desenvolvimento e a apropriação de técnicas cartográficas, que, contribuíam para o controle e conhecimento dos mercados, assim como das rotas e das produções. Destacamos o uso das técnicas cartográficas como forma de poder e controle sobre o espaço, e também sobre as relações que nele aconteciam. (PEREIRA, 2009)

Muito além deste simples exemplo de transformação material/histórica apresentada por Pereira (2009), destacamos um importante movimento de transformações internas na visão de mundo e no processo de construção do conhecimento neste período. Retomando Michel Foucault, Pereira (2009) pontua que “[...] toda forma de saber se articula com a estrutura de mundo que a apoia e lhe dá forma. A modificação no espaço geral do saber que se produz no século XIX, liga-se [...] à introdução da historicidade e do homem no campo do saber oriental” (p. 60).

Desta forma, produzindo um desencadeamento de todo um novo sistema de positivities que sustentam os conhecimentos através da ordem temporal, *humana* e europeia. A lógica de acumulação capitalista exerce influência importante nesse processo, pois, sua afirmação em detrimento da derrubada dos poderes feudais gerou uma luta ideológica em torno dos pressupostos que legitimavam estas organizações (PEREIRA, 2009).

Este novo contexto que se desenha ao decorrer dos séculos propõe um “projeto científico” sustentado por novas propostas epistêmicas, que podem romper ou prolongar elementos já presentes no pensamento ocidental. Um primeiro ponto importante deste movimento nasce com uma suposta interpretação *mais* racionalista do mundo. Diferentemente dos preceitos anteriores que, em muito, se utilizavam de arquétipos metafísicos para a explicação de algumas condições e fenômenos, uma visão tida como antropocêntrica, racionalista, de observação sistemática e que busca identificar padrões, relações e ritmos entre os fenômenos se torna protagonista no pensamento europeu ocidental moderno.

Desta noção de racionalidade se concretiza o projeto de *dominação* da natureza, sua exploração e utilização de forma mais pragmática e segundo os interesses humanos – lê-se europeus-, onde saber e fazer se retroalimentam, de forma que a ação sobre a natureza torna-se necessária para a validação do conhecimento ocidental. Com isso “ O princípio da exploração racional da natureza, ligada ao ideal burguês, gera ideias científicas novas e inadequadas ao modelo cosmológico anterior [...]” (PEREIRA, 2009, p. 87).

Essas novas ideias contrapunham e confrontavam também as tradições seculares que deliberavam poder ao clero, fazendo crescer assim a fé no conhecimento científico europeu e nos conhecimentos estabelecidos a partir deste, explicitando a veia positivista que marca o surgimento das ciências modernas. Este pressuposto positivista pode ser identificado no trecho apresentado pela autora:

Finalmente, o pensamento científico e a ordem cognitiva do século XIX solidificam, através da possibilidade da intervenção racional do homem sobre a natureza e da eficácia científica, uma fé generalizada no progresso. A crença na razão humana é a crença de que um dia o homem poderá resolver todos os seus problemas” (PEREIRA, 2009, p. 88)

Entendemos, então, que as primeiras linhas que começaram a desenhar o que se tornaria num futuro não tão distante a Geografia moderna, nascem de uma cosmologia burguesa europeia, numa lógica de acumulação determinada e padronizada, e que ainda, acreditava poder estabelecer e propagar o progresso, numa perspectiva linear e geral. Considerando o quadro histórico em que se desenvolveu todo o processo latente ao emergir desta Geografia, e

ênfatizando a relaça3o espacial produzida, 3 poss3vel evidenciar laços e marcas profundos entre o surgimento da Geografia e o espaço que presenciou este acontecer, as unidades Germânicas.

No decorrer do s3culo XIX os interesses pol3ticos relacionados ao tem3rio geogr3fico começaram a despertar o interesse de diversos governantes e aristocratas pelo mundo. No entanto, 3 no grupo de unidades Germânicas, futuro Estado-Naç3o Alem3o, que a geografia enquanto ci3ncia encontra a possibilidade de ser organizada e sistematizada. A aus3ncia de um polo organizador e centralizador, a falta de um Estado nacional unificador, a grande diversidade existente entre os in3meros fragmentos do espaço, e a inserça3o tardia da l3gica capitalista de acumulaça3o fizeram com que estas localidades reunissem as condiç3es materiais e ideol3gicas para que surgisse a possibilidade de sistematizaça3o da geografia.

Pereira (2009) demonstra que: “A geografia, portanto, nasce para responder a duas necessidades b3sicas: a unificaça3o do territ3rio e a conquista de um lugar privilegiado para a Alemanha no conjunto das demais naç3es”, mas tamb3m nos alerta: “A quest3o, como se v3, n3o 3 meramente interna, pois surge concomitantemente a vontade de expans3o que 3 constitutiva do capitalismo. Ele s3 se constituir3 no interior da Alemanha se puder se expandir para fora dela” (PEREIRA, 2009, p.108).

Se torna importante ressaltar neste momento que: n3o entendemos a configuraça3o espacial do que viria a ser a Alemanha como uma condiç3o una e mestra para o desenvolver da ci3ncia geogr3fica; haja visto que outras regi3es tamb3m reuniam condiç3es semelhantes. Todavia, na Alemanha, este projeto de modernizaça3o pol3tica e econ3mica, teve de ser acompanhado e organizado por um processo de unificaça3o.

Durante a segunda metade do s3culo XIX in3meros pa3ses j3 haviam estabelecido suas fronteiras, consolidado a l3gica capitalista de acumulaça3o, caracter3sticas que levaram certo tempo para se desenvolverem em solo germ3nico. Deste modo, o processo de unificaça3o da futura Alemanha, foi comandado por uma destas unidades germ3nicas, a Pr3ssia, e dependia de um salto qualitativo imediato que fosse capaz de superar o tempo de “atraso” alem3o. Portanto, “v3-se, ent3o, que a geografia manifesta-se como reaça3o de uma sociedade atrasada que se coloca em disputa com outras naç3es” (PEREIRA, 2009, p.110).

A Geografia nasce como disciplina escolar, para contribuir no enaltecimento e consolidaça3o do ide3rio social alem3o, para propagar a l3ngua e os costumes, promover a identificaça3o. Entretanto, por detras destes objetivos, figuravam outros maiores, como o projeto de modernizaça3o pol3tica econ3mica, a participaça3o nas confer3ncias internacionais relacionados 3 distribuiça3o das coloniais, entre outros. Em resumo, a geografia nasce com uma

função fundamental para este Estado moderno, sobretudo o alemão, contribuindo com a propagação de um ideal comum de nação dentro das escolas, mas que está contíguo a um projeto maior, em que os conhecimentos geográficos são também muito importantes. Este projeto mais amplo diz respeito a inserção alemã no mercado interestatal global. Assim, compreendemos que a Geografia participa duplamente do projeto de nação, através dos estudos sobre os espaços e as formas de transformá-lo, e através das disciplinas, ainda que seja impossível dissociá-las (PEREIRA, 2009).

Estas reflexões se alinham às propostas por Yves Lacoste em seu livro, de 1976, “*A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*”. Este autor destaca o caráter político e econômico das “geografias” que permeiam o cotidiano das mais diversas sociedades. Corroborando, assim, esta suposta existência de duas geografias, uma ligada aos Estados maiores, e por consequência, utilizada, preferencialmente, para maximizar a utilização de recursos, da produção e dos lucros, um projeto mais amplo; enquanto a outra, vem a ser a geografia escolar (ele usa o termo “geografia dos professores”), que serve, em primeiro lugar, para marcar e estruturar a cosmovisão de pertencimento nacional, sendo esse um elemento imprescindível dentro deste projeto mais amplo.

3.2. Um Mundo Feito de Mapas

Considerando os objetivos propostos por este texto, entendemos que seja prudente uma breve contextualização acerca das concepções que fundam o interesse pela pesquisa. O objeto central deste trabalho não se trata apenas do mapa e sua relação com os PCT’s dentro do ensino de Geografia, pretende compreender também todo o processo que envolve a produção destes objetos, assim como seus efeitos e impactos nessas comunidades e nos mais diversos espaços. Para além disso, almejamos expor algumas considerações que confrontam as comumente utilizadas.

De início, retomamos um alerta de Brian Harley (2009), que enfatiza o frequente protagonismo das “características geográficas” analisadas nos estudos relacionados aos mapas que, na maioria das vezes, acontece em detrimento das indicações de como as formas de representar contribuem para “padronizar” e “modelar” características. Fato que omite de forma tênue as possíveis persuasões contidas nesta que é mais uma forma manipulada do saber. Os mapas, antes de qualquer outra coisa, podem ser considerados imagens carregadas de um “juízo de valor”, e por isso, deixam de ser compreendidos apenas como levantamentos, recortes,

produções inertes e passivas do mundo. Pelo contrário, devem ser considerados como contribuintes e partícipes de um diálogo num mundo socialmente construído. Entendemos, portanto, que os mapas não são imagens isentas de ideologia, e, por intermédio de seus estilos, simbologias e formas, são uma busca pela representação do mundo dentre inúmeras possíveis (HARLEY, 2009, p. 02).

Exemplificando a capacidade de influência dos mapas sobre as mais diversas sociedades, retomamos o período de constituição do *sistema mundo moderno colonial* no século quinze, como: um marco de transição que alterou significativamente o “percurso” de diversas populações ao redor do planeta, e que conseqüentemente, alterou também a história dos mapas.

Com o auxílio das coordenadas geográficas de Ptolomeu, os mapas, assim como canhões e navios de guerra, eram importantes armas do imperialismo europeu. Onde de forma sistemática apoiavam o exercício direto do poder territorial, funcionando como um instrumento de comunicação – lêm-se dominação – entre império e colônia. Este poder que se espalhava em todas as direções por intermédio dos mapas, também homogeneizava tudo por onde “passava”, e um traço no papel poderia então decidir o futuro de inúmeras espécies. Desta forma, eram legitimadas as divisões do espaço no período, dissociadas de suas responsabilidades sociais, e coordenadas a centenas de quilômetros de distância (HARLEY, 2009, p. 05 - 06).

Com o passar das décadas, os processos de produção dos mapeamentos foram sendo cada vez mais institucionalizados, sem que se alterem a validação política por parte do Estado, e o uso por parte da Geografia. Os mapas foram de suma importância para expansão da Geografia, que em muito contribuiu para os avanços do imperialismo, desenhando um ciclo que se retroalimenta: os geógrafos-cartógrafos produzem os mapas movidos pelos interesses do Estado; o Estado valida esta representação do mundo como “oficial”, isso justificado pelo seu caráter “científico”; enquanto a Geografia se utiliza destes produtos para sustentarem seu *status científico*.

Rodrigues (2005) atenta para a responsabilidade histórica desta ciência para a construção do espaço colonial (p. 01). Durante este período, a cartografia ainda era uma área constitutiva do que se considerava Geografia, e ambas, no exercício das relações de poder acabaram por favorecer, preferencialmente, as elites.

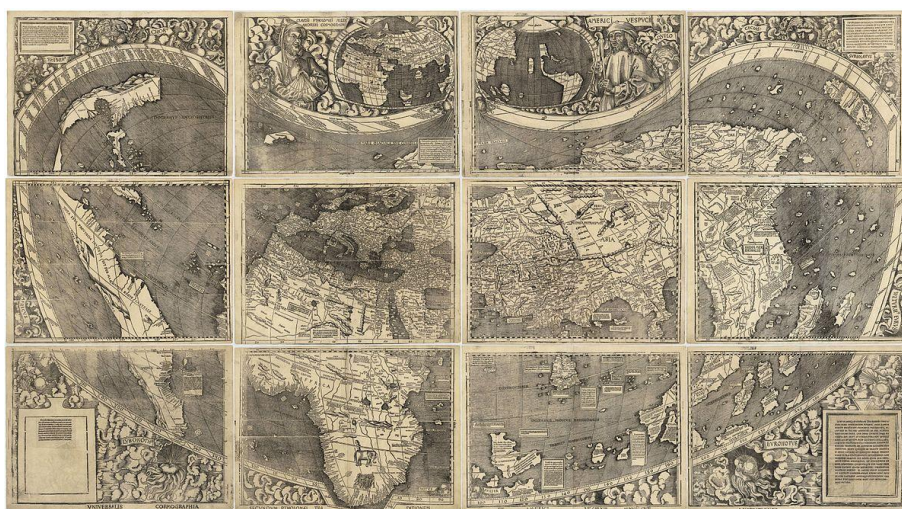
Rodrigues (2005) expõe de forma clara e objetiva a relação entre mapas e o poder:

Sendo assim, os mapas políticos não representam, apenas, a delimitação de territórios: a sua construção foi acompanhada por muitos outros processos. Por um lado, o mapa delimita e nomeia e, ao fazê-lo, assume também a capacidade de circunscrever, reunir, separar, excluir, rasurar. Por outro lado, a concepção dos mapas políticos serviu o incessante desenho e redesenho das

fronteiras políticas exigidas pelas contendas decorrentes das pretensões expansionistas das potências coloniais. [...] Estes cortes e recortes do mundo convertem, facilmente, os mapas em poderosos instrumentos de controle, de regulação e de dominação sociais, culturais e políticas ao serviço, não só, da construção de impérios coloniais como também da manutenção das suas lógicas de dominação na época pós-colonial (RODRIGUES, 2005, p. 02).

Um rápido exemplo pode ser observado no “batismo” do continente americano que surge a partir da atualização de um mapa em 1507, e apaga qualquer nomeação pré-existentes.

Imagem 03. Imagem ilustrativa do mapa *Universalis Cosmographia*.



Visualizado em: <https://www.gettyimages.com/detail/news-photo/world-map-universalis-cosmographia-1507-artist-news-photo/486780953>

Os impérios europeus produziam e usavam os mapas a serviço de seus interesses. Estes ainda podem ser classificados como importantes até mesmo para a transição entre feudalismo e capitalismo, visto que foram responsáveis pela confecção de um estatuto de divisão de terras, uma nova divisão geográfica do trabalho, entre outros.

Os mapeamentos serviam também como um cadastramento das posses, feito um inventário, que de forma muito sutil, invadiam o cotidiano da sociedade, como se fora um símbolo gráfico de controle. Assim como o relógio que disciplina o ritmo do tempo, os mapas disciplinam o espaço. Não obstante, estas representações do espaço, para além de produção e uso, demandam por uma validação. E serão justamente os conhecimentos da ciência Geográfica que irão corroborar tal validação. Desta forma, as representações produzidas e validadas pelos geógrafos e cartógrafos da época eram utilizadas como instrumento de poder, que possibilitaram a apropriação de terras e recursos “às custas daqueles que não podiam contentá-las” (HARLEY, 2009, p. 06 - 07)

Compreendemos, então, que as proposições de Harley (2009) coincidem com as afirmações de Cruz (2014) e Almeida (2013), quando ressalta o apagamento e silenciamento de diversos povos, tanto durante o processo cartográfico, quanto na validação e no uso do produto final. Harley (2009) defende a existência de um conjunto de relações de poder que se escondem por detrás dos interesses e fins políticos dos mapas, e que estes dependem de uma premissa ilusória: a de que exista a possibilidade de representação, padronizada, científica e exata do mundo. Para que assim seja possível uma manipulação dos conteúdos, em prol do *status quo*, que busca enganar potenciais usuários e produzir representações intencionalmente errôneas. (HARLEY, 2009, p. 08 - 11).

Analisando de forma mais geral esta breve discussão que relaciona os mapas com o poder, dentro do período histórico marcado pelo colonialismo, torna-se possível apontar que os conhecimentos geográficos e os interesses políticos não apenas caminhavam juntos, como também, coordenavam todo o processo de produção, validação e uso dos mapas. E o produto destas relações, acaba por difundir uma marca histórica que atravessa espaços e mapas, fazendo com que pareça contemporânea, ainda que apenas em partes.

Conforme Porto-Gonçalves (2012) uma territorialidade específica inventada pelos ibéricos há pelo menos cinco séculos, respaldada pelo Tratado de Westfália de 1648, carrega em si uma influência eurocêntrica que emerge do direito romano e do direito da propriedade privada, e que dá vida ao Estado territorial. Este Estado territorial, por sua vez, elege um espaço sócio político que conforma um “container” de poder fundado em pactos político territoriais (p.161).

Esta lógica de territorialização é recebida com naturalidade, como se fosse um dado, como se estivesse posta, mas, o autor demonstra como a “invenção” das fronteiras - que trancafiavam povos dentro de uma só nação - apresenta marcas sociais importantes, “[...]cada Estado Territorial comporta não só um espaço delimitado por fronteiras externas mas, também, por relações sociais e de poder internas que se constituem por meio de pactos e alianças, os blocos históricos (e regionais)” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 162).

E tratando mais especificamente do caso da América Latina, o autor propõe que:

Desde 1492 que, aqui, nesse espaço que viria se chamar América Latina e Caribe, convivem diferentes temporalidades por meio de relações fundadas na opressão, no preconceito e na exploração. O hibridismo é pouco para caracterizar o que aqui se passou e se passa. O segundo momento de nossa formação social, que nos legou os Estados Territoriais independentes, preservou a colonialidade do primeiro. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 156)

Assim, nos atenta para o fato de que a nossa própria “emancipação” enquanto Estado Territorial independente alimenta o colonialismo do período anterior, e o mantém vivo. E, em muito, os discursos não conseguem perceber a colonialidade que lhes são constitutivos, assim, os reproduzindo deliberadamente. Desta forma, acredita-se que esta marca colonial persiste, de certo modo, nos processos de mapeamento, em sua validação e em seu uso.

3.3. O Mapa Feito de Mundos

Os mapas, como exposto anteriormente, podem ser entendidos enquanto construções sociais importantes para a organização espacial onde exercem significativa função de controle. Deste modo, consideramos importante explorar as características que envolvam tanto o processo de produção do mapa, quanto seu uso, para que seja possível expor com clareza as distinções e finalidades destas fases.

Para Martinelli (2005),

Quando falamos em mapas, imediatamente os associamos à geografia. É um aspecto eminentemente cultural. Os mapas, portanto, representariam a geografia, o que é geográfico, eles seriam a própria geografia. Sinônimos. Neste sentido, podemos verificar que os mapas sempre surgem como representações simbólicas da geografia (MARTINELLI, 2005, p.01).

Esta comum associação da Geografia com os mapas, apesar de ser histórica e recorrente até os dias de hoje, nos convida a refletir sobre qual seria a relação da cartografia com os mapas ou até mesmo com a própria geografia. Martinelli (2005) salienta que a representação espacial, considerando uma ampla variedade de métodos, sempre esteve presente em distintas comunidades e populações ao redor da terra, mas que, apresenta um aspecto comum interessante, esteve sempre sob domínio de uma minoria.

A cartografia estava, na maioria das vezes, associada diretamente aos conhecimentos tidos como geográficos, visto que ainda não havia ocorrido a sistematização desta enquanto ciência. Desta forma, compreendemos que os processos de representação espacial e o domínio sobre sua produção, surgiram e estiveram presentes nas mais diversas sociedades, e em sua maioria, a serviço dos interesses de comandantes, das nobrezas, das elites. Todavia, é a partir do avanço das nações européias sobre outros territórios que inicia-se o aperfeiçoamento e a especialização das técnicas de representação espacial (MARTINELLI, 2005, p. 02 - 03).

Durante séculos os conhecimentos cartográficos e geográficos se confundiam, ou melhor, não apresentavam uma clara distinção, em um período que antecedeu a revolução do conhecimento proposto durante o renascimento europeu. Martinelli (2005) destaca o

representativo avanço das técnicas cartográficas, sobretudo no século XVIII, e sua importante contribuição para a consolidação da Geografia enquanto ciência. Entretanto, Girardi (2000) demonstra que a cartografia irá reivindicar a responsabilidade por todas as etapas do processo de produção dos mapas, se perfazendo como área de conhecimento específico e separado da geografia somente a partir da segunda metade do século XX, causando um impacto no mundo científico. A partir deste momento, “[...] a Geografia deixaria de ser construtora e passaria à condição de usuária dos mapas, [...]. No entanto a Geografia relegou-se ao papel de consumidora de mapas” (GIRARDI, 2000, p. 42).

Deste modo, entendemos a existência de um ideário que ainda hoje relaciona diretamente a Geografia com os mapas, todavia, a Geografia tornou-se nos últimos anos uma mera consumidora de mapas, revelando cada vez mais a distância dos conhecimentos geográficos com os que permitem a confecção de mapas. Compreendendo os mapas enquanto linguagem, conforme proposto propõe Harley (2009), à Geografia, neste sentido, caberia apenas a tarefa de ler as informações geográficas representadas pelos cartógrafos.

Porém, Girardi (2008), constrói uma linha de raciocínio que permite uma abordagem alternativa a esta, quando propõe a existência de “duas Cartografias”, onde “enquanto a preocupação da Cartografia está na representação, e aí o mapa é o fim, a Geografia se preocupa com o uso do mapa na análise do espaço geográfico, e para isso o mapa é um meio” (p. 45). Isso revela a existência de dois grupos distintos de mapas, onde um primeiro conjunto é composto por mapas de caráter mais técnico e preciso, que através de conhecimentos direcionados a aspectos físicos e naturais busca posicionar, localizar, representar elementos, e um segundo conjunto seria composto por mapas que não ignoram totalmente sua função localizadora, mas buscam em suma, a transmissão mais explicativa das informações, se utilizando dos mapas do primeiro conjunto, inclusive (GIRARDI, 2008).

A proposta de Girardi (2008) de uma Cartografia Geográfica Crítica admite um pressuposto crítico, ou seja, encontra sua base teórica alinhada às contribuições da corrente crítica da Geografia, e que tem como um de seus objetivos principais a exposição das desigualdades e assimetrias experimentadas nas mais diversas relações sociais. Esta opção teórica e também metodológica faz com que a proposta do autor se amplie de tal forma a transcender a esfera dos processos de representação espacial.

A Cartografia Geográfica é a especialidade da Geografia responsável pelo ensino, pesquisa e trabalho com os mapas. Cabe à Cartografia Geográfica ensinar as teorias e práticas de leitura e elaboração de mapas e pesquisar sobre novos métodos e teorias do mapa como instrumento da Geografia. A

Cartografia Geográfica é essencial ao desenvolvimento da Geografia por fornecer às outras especialidades desta ciência os subsídios e inovações quanto ao uso do mapa, para o que é salutar manter diálogo com a Cartografia. (GIRARDI, 2008. p .50)

A partir destas proposições, compreendemos que até mesmo os processos de produção de mapas críticos e geográficos se utilizam das técnicas cartográficas existentes, com o intuito de subverter seu uso, utilizando a função de localizar para outros objetivos. Por isso, o autor nos alerta para a impossibilidade de análises puramente técnicas, ou até mesmo teóricas, propondo uma equivalência entre estas como sendo uma das características principais da Cartografia Geográfica Crítica, permitindo uma visualização mais coerente dos fenômenos e elementos representados no mapa, se diferenciando dos mapas que apenas objetivam comunicar informações.

Diferente da comunicação cartográfica, a visualização cartográfica prevê a utilização do mapa como instrumento de investigação na análise espacial. Enquanto o princípio da comunicação cartográfica é representar (e comunicar) informações conhecidas, a visualização cartográfica visa colocar questões sobre o que ainda não conhecemos. (GIRARDI, 2008, p. 70)

A visualização cartográfica, portanto, se desenha com características particulares e relevantes em termos espaciais, pois, permite um caminho para utilização do mapa como ferramenta da ciência geográfica que busca evidenciar, retratar, e expor elementos, relações e padrões sociais, ampliando as possibilidades de reflexões, investigações e análises, principalmente, em termos da espacialidade dos fenômenos.

O mapa, apresentado por Girardi (2009) como “objeto-símbolo”, que através de seu método específico de produzir imagens contribui, fundamentalmente, para a própria sistematização da ciência, que em sua etimologia agrupa terra e desenho. Considerada esta capacidade dos mapas de representar uma narrativa específica de mundo, “transforma-o em legitimador do fazer geográfico, transferindo sua força de símbolo também para o ensino de Geografia” (GIRARDI, 2009, p.148). Esta aproximação entre o mapa, a Geografia e o cotidiano espacial dos diferentes lugares aponta para a emergência de alternativas importantes, onde os "Mapas são ativos: eles constroem conhecimento ativamente, eles exercitam poder e eles podem ser meios poderosos de promoção de mudanças sociais" (CRAMPTON e KRYGIER, 2006, p.15, apud GIRARDI, 2009, p. 156-157).

Apresentamos aqui considerações de autores que contribuem para o entendimento da proposta deste trabalho, porém, torna-se importante salientar que existe um pequeno desvio no que diz respeito às abordagens. Os autores apresentados neste trecho propõem uma abordagem

crítica do processo de produção e utilização dos mapas, o que consideramos uma contribuição expressiva para o pensamento geográfico brasileiro, mas, um tanto insuficiente para os objetivos propostos neste texto.

Partindo de uma abordagem decolonial, justamente por entendê-la como a detentora da capacidade de apreender e denunciar os malefícios proporcionados pela modernidade europeia a alguns povos pelo mundo, este trabalho busca discutir a possibilidade de construções de mundo que se desloquem do ideário moderno europeu. Neste sentido, e de forma complementar às proposições dos autores, apresentamos um trecho que exprime a importância da abordagem decolonial não só para a evidenciação, mas também para a superação, de algumas marcas históricas produzidas:

Torna-se, pois, necessária uma ressignificação epistemológica do conhecimento, que desconstrua o pressuposto moderno colonial da “universalidade” das “ciências” e considere as complexidades e as ambivalências produzidas no encontro entre os diferentes saberes e culturas. As práticas educacionais, particularmente as escolares, são interpeladas na perspectiva decolonial do saber a contribuir no processo de revitalização das culturas e das identidades dos povos originários. [...] Isto implica decolonializar os paradigmas de conhecimento construídos pela modernidade. O pensamento fronteiriço, com efeito, coloca em cheque o ideário moderno de uma cultura única e universal. A emergência de múltiplos paradigmas desafia os diferentes sujeitos socioculturais ao reconhecimento recíproco e à solidariedade entre diferentes formas de ser-sentir-pensar-agir nas relações sociais e ambientais (FLEURI, 2014, p.103-104)

A partir destas considerações é que propomos a Cartografia Social como uma alternativa da Geografia aos processos convencionais de mapeamento, compreendendo que esta possa desconstruir e subverter os sentidos construídos durante o período colonial, mas não apenas isso, traz consigo uma dimensão educativa latente, que retoma e fortalece traços culturais, dando voz a outras narrativas de mundo.

Desta forma, compreendemos que os PCT's podem encontrar na Cartografia Social uma possibilidade de subversão epistêmica através das apropriações das técnicas cartográficas a partir da ciência geográfica, e também uma metodologia de ensino, que, através da Geografia aproxima os conhecimentos e práticas culturais das relações sociais, internas e externas, promovendo um fortalecimento de sua identidade.

Neste sentido, tanto o mapa produto, quanto o processo de representação espacial, se inscrevem em uma disputa política, não apenas pelo direito de mapear, mas também pela metodologia utilizada para tal, a escolha de seus elementos, entre outros fatores. Apresentaremos em seguida, um capítulo dedicado a contribuições sobre a Cartografia Social

buscando exemplificar suas características e possibilidades, sobretudo em relação aos PCT's, e mais especificamente, as comunidades residentes na baía da Ilha Grande - RJ.

4. CARTOGRAFIA SOCIAL, SUBVERSÃO, IDENTIDADE E LUTA: REFLEXÕES SOBRE A BAÍA DA ILHA GRANDE

Como proposto anteriormente, defende-se aqui uma possibilidade de mudança que surge, sobretudo, a partir de uma discussão acerca da capacidade, ou possibilidade, de alternativas que residem na própria ciência geográfica. As proposições deste trabalho estão sustentadas por uma premissa de subversão epistêmica, não só da cartografia, mas do conhecimento geográfico e seus desdobramentos, mais especificamente o Ensino de Geografia. Desta forma, para apresentarmos nosso entendimento sobre a Cartografia Social consideramos importante realizar algumas reflexões sobre os elementos epistêmicos que pensamos contribuir para o surgimento destas propostas alternativas.

A partir disso, retomamos algumas reflexões de Fitz (2008) que destaca o surgimento de possibilidades alternativas proporcionadas por uma série de novos objetos, mecanismos e ferramentas, que, podem transformar a forma como se observa e interpreta o espaço socialmente construído. As intituladas “geotecnologias”; promovem um novo momento, tanto para a sociedade, quanto para a ciência geográfica, desencadeando assim novos paradigmas e alternativas internas à Geografia.

Propondo a “Geografia Tecnológica” ou “Ciência da Geoinformação” como paradigma, a Geografia atual, defende não o surgimento de uma nova ciência, mas sim, “uma nova abordagem epistemológica da ciência” (FITZ, 2008, p.28), ou seja, uma nova forma de leitura e modelagem do objeto de estudo da Geografia. Desta forma, expõe as possibilidades que emergem no bojo da Geografia contemporânea proporcionadas por este novo momento da sociedade, que, em muito, são capazes de produzir novos modelos, interpretações e representações da realidade espacial, mas não apenas isso, produzem também um novo modo de se observar e analisar os movimentos do espaço geográfico. (FITZ, 2008. p.20-28)

Em meio a estas possibilidades estão o surgimento de formas alternativas de se representar o espaço, que buscam uma posição dentro de um campo em constante disputa: o cartográfico. Santos (2012) em seu trabalho busca explorar as disputas cartográficas, a partir das relações de poder que envolvem tanto o processo de representação espacial, quanto sua

validação e os efeitos destes na sociedade. O autor sugere a distinção de três esferas centrais que explicitam a natureza das disputas cartográficas:

O tensionamento das relações de poder que elas trazem nos aparecem em três esferas centrais: **no processo de produção cartográfica**, em que atores (movimentos sociais, gestores públicos, cartógrafos, etc.) disputam a participação na elaboração dos instrumentos de representação cartográfica; **no objeto cartográfico**, em que se disputa o que se cartografa e como se cartografa; **no uso da cartografia**, que cada vez mais aparece como um instrumento de grupos desfavorecidos. Operamos com a idéia de que estes processos constituem um campo dialógico complexo e múltiplo, que propomos chamar “**ativismos cartográficos**”, formado pelo imbricamento de diferentes formas de intervenção. Estas formas, mesmo que antagônicas, social e politicamente multilocalizadas (seja em esferas do Estado, em movimentos sociais, organizações de base comunitária, instituições de pesquisa, ONGs, empresas, etc.), devotadas a intenções convergentes ou opostas, se influenciam, compartilham saberes, acúmulos, experiências, e retroalimentam a crítica à cartografia. É neste sentido que propomos a idéia de “ativismos cartográficos” para compreender este campo de tensões produzido na relação entre novas formas de cartografar e disputas sociais (SANTOS, 2012. p. 1-2)

Mapa 01. Mapa-Mundí Nadie es Ilegal, Iconoclastistas, 2018.



Visualizado em: <http://www.iconoclastistas.net/mapamundis-criticos/>

Entendemos, então, que estes *ativismos cartográficos* se distanciam das propostas tradicionais da cartografia, sobretudo, as oficiais, pois, buscam representar, de forma a romper com algumas das convenções cartográficas, justamente os aspectos não valorizados na maioria dos mapas. Pode-se perceber acima, que todas as etapas do processo de representação espacial são atravessadas por este tensionamento, desde a decisão, passando pela confecção até chegar ao uso do produto final, o que amplia a possibilidade de alternativas ao nosso ver.

Neste sentido, especificamente, entendemos a Cartografia Social como uma possibilidade de alteração drástica no processo de representação espacial, se alinhando ao que propõe Silva (2015) onde a cartografia social pode ser compreendida “[...]como possibilidade de oferecer e vocalizar narrativas dos sujeitos violados e das formas de violação que se abatem sobre elas” (p. 09). Sendo assim, um processo de representação espacial que é produto das relações sociais e de poder sobre os espaços, que faz com que a sua concepção seja, necessariamente, um posicionamento ideológico, pois surge para

“aproximar e resgatar memórias contra ideologias do esquecimento e da tentativa de alienação das pessoas e de seus territórios de articulação de sujeitos sociais conscientes da necessidade de transformação a partir de seus diferentes territórios de resistência e luta” (SILVA, 2015, p. 09).

Para além destas transformações nos sentidos internos dos processos de representação espacial, retomamos a importante contribuição de Ascelrad (2013) cujo trecho está exposto no trabalho de Silva (2015), e que propõe uma ampliação das capacidades da cartografia social:

A legitimidade conferida ao processo de informação cartográfica e sua divulgação entre diferentes atores sociais se constitui como um elemento importante para a **ação política das comunidades**, pois contribui de diversas maneiras: serve para dar **visibilidade aos grupos sociais**, seus **territórios**, **territorialidades**, **representações**, **identidades**, **conflitos e lutas por reconhecimento de direitos**; auxilia na **ampliação do conhecimento dos grupos sociais sobre seus territórios**, sobre suas **histórias** e sobre os **usos** que fazem de **seus recursos**; **fortalece organizações indígenas**; e **amplia o diálogo** entre os **povos indígenas e as instituições governamentais e não governamentais**. (ACSELRAD, 2013, p.17-18, apud, SILVA, 2015, p. 10-11)

A partir destas reflexões compreendemos que a Cartografia Social, possa admitir não apenas um sentido político de resistência e reivindicação, mas também um educativo, cultural, que busca retomar e fortalecer traços identitários. Primeiro ela transfere o direito, ou a função, de construção dos mapas da redoma dos técnicos e especialistas, como propõe Santos (2012), o que acontece principalmente devido os avanços das geotecnologias, que segundo Fitz (2008), pode ser entendido como um paradigma dentro dos processos de análise e modelagem espacial.

E em segundo lugar, a vocalização das narrativas, que resgatam e reforçam traços culturais ante o apagamento histórico, assinalado por Silva (2015), permite a confecção de subversões de mundo, a partir dos *velhos novos protagonistas*, assim como indicado por Cruz (2014), constituindo uma busca por justiça social e cognitiva.

Neste sentido, compreendemos que uma premissa decolonial justifique todo o significado que pode estar contido nos mundos que, suprimidos ao longo do tempo pela lógica moderna colonial europeia, ressurgem e se reinventam por diversas partes do mundo (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Os PCT's da Baía da Ilha Grande - assim como os de todo Brasil - podem ser entendidos como um “movimento socioterritorial”, conforme propõe Fernandes (2005), e que, se adequando ao novo quadro político, anseia por um reparo histórico dos danos causados pela lógica colonial que se perpetuou há séculos no Brasil.

A Cartografia Social emerge como importante instrumento nessa disputa, por entender que a reivindicação dos direitos, atualmente, são produto de uma relação assimétrica de poder que se consolidou e imperou durante toda segunda metade do último milênio, e que já se sustenta por longos dezoito anos no atual.

Compreendemos que a crise da modernidade explicitada por Rocha (2015), associadas aos tensionamentos das disputas cartográficas proporcionado pelos “ativismos cartográficos”, abre uma janela de possibilidade para a inscrição da Cartografia Social, como metodologia e como subversão epistêmica dentro da ciência geográfica moderna. Considerando as reflexões de Girardi (2008) e retomando a existência de um conjunto de mapas cujo objetivo é expor as desigualdades sociais através da visualização cartográfica, mas que, segundo nosso entendimento podem admitir uma perspectiva decolonial, para que se permita a exposição das imposições e sobreposições coloniais. Através das considerações de Martinelli (2005) e Girardi (2009), compreendemos que a Cartografia Social se constitui também como uma metodologia de ensino, ao mesmo tempo em que promove um novo sentido ou função para este.

Através de um processo participativo e colaborativo, a Cartografia Social propõe um mapa que seja construído a partir da própria comunidade, e que contenha elementos identitários e culturais, representados através de símbolos desenvolvidos por eles. Todavia, destacamos que, por se tratar de uma técnica, a produção do mapa final, produto-objeto do processo de Cartografia Social, se apropria de algumas funções ou ferramentas dos métodos mais tradicionais de representação espacial, por entendê-las como um avanço nos conhecimentos geográficos, e não um conhecimento inapropriável por outros grupos.

Deste modo, o uso de algumas geotecnologias durante o processo de confecção do mapa produto da cartografia social se torna fundamental, na medida em que inverte o sentido do uso, onde aqueles que outrora eram apagados por estas ferramentas, agora se apropriam de seu alçó para expressar sua resisténcia e luta. Se perfazendo assim, em um importante elemento que reforça não apenas a autonomia territorial das comunidades, mas também a democratização do acesso a novas ferramentas, e principalmente, a vocalização de outras narrativas de mundo.

Embora apresentados separadamente, entendemos que a função política e a função educativa se confundam em vários momentos, fazendo com que a Cartografia Social assuma uma função relevante. A proposta de Santos (2016) de que a Cartografia Social seja uma nova área do conhecimento, que mobiliza e que contribui, através de mapas situacionais, para um importante processo de reconhecimento e leitura da própria condição de existência. O que pode ser identificado no trecho:

Há, também, a importância interpretativa refletida nos mapas da cartografia social, pois os elementos presentes não são apenas informações soltas, mas uma inter-relação entre estes e as formas organizadas dos agentes sociais envolvidos. Nesse sentido, os discentes envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem podem ser conduzidos a refletir sobre sua própria realidade. Com isso, poderão cartografar as situações em que estão inseridos, o que pode ser um exercício reflexivo em escala local, que poderá levar o aluno a estabelecer outras reflexões situacionais em escalas mais amplas (SANTOS, 2016, p. 291).

Este autor, analisa e expõe as principais características do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) coordenado pelo professor Alfredo Wagner Berno de Almeida. Em seu trabalho Almeida (2013) elucida que a Cartografia Social, assim como, outros ativismos cartográficos, vêm se inscrevendo em um campo de disputas pela territorialização das representações espaciais. Embora tenham como objetivos resgatar e valorizar o “conhecimento local sobre o sistema de relações pelo qual o espaço é usualmente produzido” (p. 160), estas iniciativas podem servir tanto à autonomia e reivindicação das comunidades, quanto ao Estado e seus interesses territoriais conforme indicado por Acselrad (2013, apud, ALMEIDA, 2013).

No entanto, destacamos que a Cartografia Social enquanto metodologia,

[...] evidencia o quanto ela vai recusando os rótulos oficializantes ou se afastando das orientações manuais e, num sentido oposto, se aproximando de abordagens críticas da “sociedade” e das mobilizações políticas que encaminham reivindicações territoriais às instâncias de poder (ALMEIDA, 2013, p. 160)

Neste sentido, nos alinhamos a proposta do autor quando este enfatiza que a Cartografia Social seja capaz de “se contrapor simultaneamente ao positivismo e ao papel de direção

absoluta e autoritária das forças políticas hegemônicas no processo de produção cartográfica (ALMEIDA, 2013, p. 166).

Entretanto, resgatando as considerações de Girardi (2008), ressaltamos a importância educativa destas características da Cartografia Social, onde a mobilização e a confecção de um mapa situacional utiliza os conhecimentos cartográficos e geográficos para uma leitura da realidade vivida. Possibilitando assim a construção e representação de narrativas sobre o mundo, a partir do cerne da territorialidade, com objetivos principalmente reivindicatórios e de fortalecimento de aspectos e marcas culturais em detrimento da superação da cosmovisão moderna colonial.

Consideramos, portanto, a Cartografia Social como um campo da Geografia conforme propõe Santos (2017), um híbrido teórico-metodológico e político-educativo da ciência geográfica, que confere a diferentes povos e comunidades a possibilidade de inverter o sentido de alguns conhecimentos a seu favor. Ao mesmo tempo em que são submetidos a um processo de retomada da história, das práticas, das principais matrizes culturais, são estabelecidas novas bases que valorizam suas formas de conhecimento e de existência.

Durante este processo, os conhecimentos geográficos são apropriados de maneira a contribuir para a sustentação de uma narrativa específica de mundo, fazendo com que esta metodologia de representação espacial possibilite novas formas de ensinar e aprender Geografia.

Não obstante, a Cartografia Social pode ser entendida enquanto produto das disputas sociais, de forma que foi concebida e apropriada por grupos historicamente marginalizados com o intuito de reivindicar direitos sociais e cognitivos. Compreendemos, portanto, que a Cartografia Social seja uma metodologia epistemologicamente subversiva e educativa para os PCT's, principalmente no que diz respeito a questões de fortalecimento e valorização de traços identitários, como as narrativas outras de mundo que ganham forma e voz. Além de se constituir como um discurso que materializa e enraíza reivindicações e direitos territoriais.

4.1. A Baía da Ilha Grande e o Contexto dos Povos e Comunidades Tradicionais

Com o objetivo de exemplificar o modo com o qual as considerações até aqui expostas podem ser percebidas em algumas experiências locais, neste capítulo apresentaremos uma experiência de Cartografia Social dentro do contexto educativo escolar de comunidades tradicionais na região costeira de Paraty-RJ.

Todavia, compreendemos que seja de fundamental importância uma ampliação do “olhar”, um certo distanciamento da experiência em si, para que seja possível tecer uma reflexão sobre o contexto em que se encontra inserida. Deste modo, decidiu-se pelo recorte da Baía da Ilha Grande devido uma série de elementos que serão expostos a seguir.

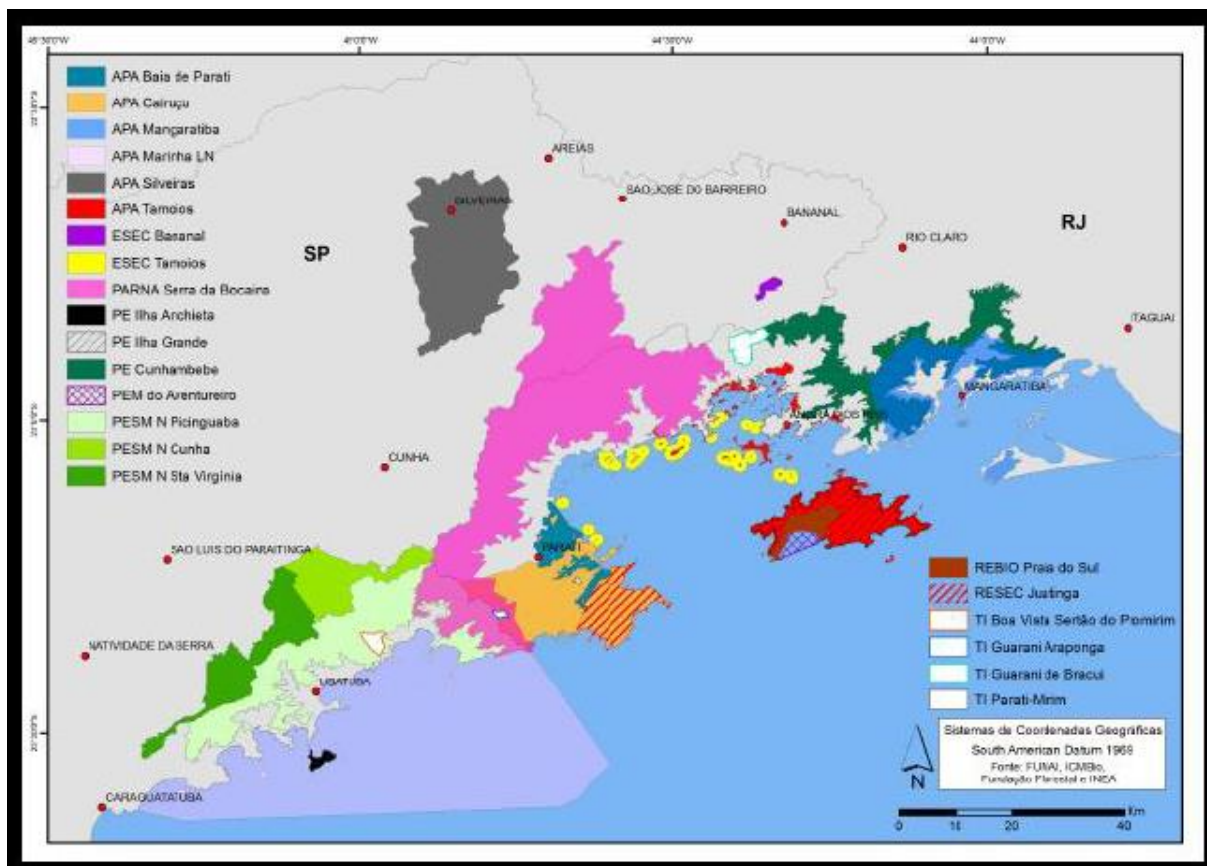
A Baía da Ilha Grande está localizada no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, em área limítrofe com o estado de São Paulo. Encontra-se contida dentro da mesorregião de governo estadual *Costa Verde*, que é composta pelos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Mangaratiba conforme publicação da Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) de 2014¹.

Seguindo como recorte esta linha político-administrativa, destacamos que a baía da Ilha grande neste trabalho será analisada segundo os territórios municipais de Angra dos Reis - RJ e Paraty - RJ.

Neste sentido, apresentamos um primeiro elemento que consideramos fundamental para a compreensão do contexto em que estão inseridas as experiências analisadas: as Unidades de Conservação (UC). A baía da Ilha Grande faz parte da área do *Mosaico - Bocaina*, um mosaico de UC's da região da Serra da Bocaina, conferido pela portaria nº 349 de dezembro de 2006 - que sofreu alterações nos anos seguintes -, e pode ser observada no mapa a seguir:

¹ Acessado dia 23/05/2018 em http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/Reg%20Gov_2013.pdf

Mapa 02. Mapa da disposição das Unidades de Conservação do Mosaico - Bocaina, 2015.



Fonte: Costa (2015)

A importância deste elemento pode ser entendida segundo as considerações de Costa (2015), quando propõe que existam diversos pontos deste mosaico em que as UC's se sobrepõem em fragmentos específicos das paisagens, que em muito, atravessam os territórios indígenas, caiçaras e quilombolas, ainda não reconhecidos pela legislação. O Mapa ainda expõe uma complexidade territorial, de caráter, sobretudo gerencial, pois, além da sobreposição de UC's ocorre também a presença não reconhecida - em sua maioria - de territórios tradicionais. O próprio autor exemplifica tal complexidade quando demonstra que atualmente, “ Das 18 UCs que compõem o Mosaico, 11 são de uso indireto, ou proteção integral (1 Parna, 4 Parest, 2 Esec, 1 Rebio e 1 Resec) e 7 de uso direto, ou uso sustentável (6 APAs e 1 RDS)” (COSTA 2015, p. 141., fazendo com que as sobreposições dependam de um conselho consultivo que promova as discussões relacionadas aos usos

Quadro 01 - Unidades de Conservação que compõe o Mosaico - Bocaina, 2015

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - 18 unidades
--

FEDERAL ICMBio	ESTADUAL		MUNICIPAL (Paraty-RJ)
	INEA-RJ	FUNDAÇÃO FLORESTAL - SP	
Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB)	Área de Proteção Ambiental de Tamoios (APA Tamoios)	Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Picinguaba (PESM Picinguaba)	Área de Proteção Ambiental da Baía de Paraty, Paraty Mirim e Saco do Mamanguá (APA Baía de Paraty)
	Área de Proteção Ambiental Mangaratiba (APA Mangaratiba)	Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Cunha (PESM Cunha)	
Ecológica de Tamoios (ESEC Tamoios)	Parque Estadual do Cunhambebe (PEC)	Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virgínia (PESM Santa Virgínia)	
	Parque Estadual Reis da Ilha Grande (PEIG)	Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (APA LN)	
	Reserva Biológica da Praia do SulRebio Praia do Su	Parque Estadual da Ilha Anchieta	
Área de (CODIG) Proteção Ambiental do Cairuçu (APA Cairuçu)	Parque Marinho do Aventureiro – (Recategorizado como RDS Aventureiro em agosto de 2014)	Estação Ecológica Bananal	
	Reserva Ecológica da Juatinga- REJ	Estação de Proteção Ambiental Silveiras	

Fonte: Costa, 2015, p. 142.

Destacamos que no ano subsequente à portaria que cria o Mosaico – Bocaina, ocorreu um outro fato histórico que consideramos pertinente ao recorte proposto neste trabalho, e que já foi citado anteriormente, que é a promulgação da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais de 2007, considerada uma (re) conquista simbólica e um avanço jurídico importantíssimos para os PCT's.

Pouco tempo depois, em meio a reuniões e decisões gerenciais relacionadas ao uso e manejo do mosaico recém criado, aconteceu o I Encontro de Comunidades Tradicionais e Áreas Protegidas do Mosaico Bocaina (2007), que culminou, dentre outros aspectos importantes, na criação do Fórum de Comunidades Tradicionais do mosaico Bocaina (FCT) que, "fortaleceu a posição das comunidades agora organizadas numa mesma instância de representação" (CASTRO, 2015, p. 139).

Consideramos a criação do FCT como um terceiro elemento fundamental do contexto dos PCT's da baía da Ilha Grande, pois, fora criado com o intuito de garantir e promover o uso sustentável dos territórios tradicionais, assim como lutar pelo reconhecimento dos direitos territoriais dos PCT's dentro do Mosaico-Bocaina. Gomes (2016) expõe objetivamente a premissa do FCT:

[...] promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (GOMES, 2016, p.16).

Dando continuidade a exposição dos elementos que consideramos importantes salientamos a criação do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) em 2009. Fruto de uma parceria entre o FCT, A fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), o OTSS é definido no trabalho de Gomes (2016) através de seu coordenador Edmundo Gallo:

O OTSS é uma pesquisa-ação na qual a aproximação ao objeto científico realiza-se integrada à prática. Adota a ecologia de saberes, a interação entre os conhecimentos científicos e tradicionais, para uma definição da hierarquia de prioridades do território. O OTSS estabeleceu um modo de governança que coloca comunitários e pesquisadores como protagonistas do processo decisório, garantindo que as decisões e a operacionalização das ações sejam realizadas considerando saberes científicos e tradicionais. Usa um desenho de gestão baseado em espaços de planejamento estratégico e núcleos que decidem estratégias e operações de forma articulada. Este formato de Governança dialoga com o território e constitui uma ecologia de saberes territorializada, promovendo a autonomia pessoal e coletiva e a sustentabilidade do Projeto - OTSS. (GALLO, et al., 2015. apud GOMES, 2016 p. 17)

Consideramos, portanto, o OTSS como um quarto elemento importante a ser destacado no contexto dos PCT's presentes na baía da Ilha Grande, por contribuir, fundamentalmente, com o FCT e, conseqüentemente, com a realidade de diversas comunidades da localidade. Neste sentido, realizamos um levantamento junto ao site do OTSS dos PCT's presentes na baía da

Ilha Grande, e os apontamentos direcionam para um quinto elemento contextual importante, a quantidade e diversidade dos PCT's da área:

Quadro 02. Povos e Comunidades Tradicionais na Baía da Ilha Grande - 2018.

<p style="text-align: center;">Baía da Ilha Grande: total de <u>60</u> comunidades</p>
<p style="text-align: center;"><u>Angra dos Reis: 8</u> comunidades</p> <p><u>Pescador Artesanal:</u> <i>ilha da Jipóia, Praia das Flechas, Praia do Recife, Frade, Praia Vermelha, Mambucaba. (6)</i> <u>Aldeia Indígena:</u> <i>Aldeia Sapukaia (1)</i> <u>Quilombo:</u> <i>Santa Rita do Bracuí (1)</i></p>
<p style="text-align: center;"><u>Ilha Grande: 13</u> comunidades</p> <p><u>Caícaras:</u> <i>Aventureiro, Parnaioca (2)</i> <u>Pescador Artesanal:</u> <i>Provetá, Praia vermelha, Araçatiba, Praia da Longa, Sítio Forte, Matariz, Bananal, Japariz, Saco do Céu, Palmas, Castelhanos, (11)</i></p>
<p style="text-align: center;"><u>Paraty: 39</u> comunidades</p> <p><u>Caicara:</u> <i>Tarituba Sertão, Tarituba Praia, São Gonçalinho, São Gonçalo-Praia, São Gonçalo-Sertão, Ilha pelada Grande, Ilha do Cedro, Praia Grande, Ilha do Araújo, Ponta Grossa, Ilha do Algodão, Paraty-mirim, Curupira, Regato, Baixio, Vila Cruzeiro, Ponta da Romana, Praia Grande Cajaíba, Itaoca, Calhaus, Ipanema, Pouso da Cajaíba, Saco da Sardinha, Saco Claro, Bejiquara, Juatinga, Sumaca, Martim de Sá, Saco das Enchovas, Cairuçu das Pedras, Ponta Negra, Sono, Trindade. (33)</i> <u>Aldeia Indígena:</u> <i>Rio Pequeno, Parati-mirim, Arandu-mirim, Guarani-Araponga (4)</i> <u>Pescador Artesanal:</u> <i>Nenhum.</i> <u>Quilombo:</u> <i>Quilombo do Cabral e Quilombo do Campinho da Independência. (2)</i></p>

Fonte: OTSS, 2018.
Org: Matheus Gouveia

Retomando então as proposições expostas outrora, entendemos que os elementos salientados até aqui como fundamentais para a compreensão do contexto dos PCT's na baía da Ilha Grande: 1. A dificuldade gerencial promovida pela existência de um mosaico de 18 UC's distintas e sobrepostas; 2. A consolidação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) de 2007; 3. A criação do Fórum de

Comunidades Tradicionais da Bocaina entre 2007 e 2008; 4. A criação do OTSS em 2009; 5. A quantidade e a diversidade de PCT's nesta região.

Não obstante, ressaltamos também a consolidação de um polo da Universidade Federal Fluminense no Município de Angra dos Reis, a partir do ano de 2009. Que através dos cursos de Pedagogia, Políticas Públicas e Geografia, vem ampliando as pesquisas e reflexões sobre os PCT's da baía da Ilha Grande. Mais do que isso, a ampliação da atuação da UFF na região, tem auxiliado na garantia de direitos desses Povos, por meio de projetos de extensão, pesquisa e ensino, tais como os analisados a seguir.

4.2. A Cartografia Social e os PCT's na Escola: Considerações Sobre a Experiência das Comunidades Caiçaras do Pouso da Cajaíba e da Praia do Sono (Paraty - RJ)

Para a elaboração deste capítulo utilizaremos como principais referenciais teóricos, um artigo construído a partir da análise e apresentação de uma das experiências que envolveu ensino, pesquisa e extensão da UFF de Angra dos Reis, em comunidades tradicionais da região da Baía da Ilha Grande, e mais especificamente em suas escolas. Este artigo foi apresentado no VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), em 2017, por bolsistas do Cartonoma, com o título “A Cartografia Social como Parte da Construção Curricular de Educação Diferenciada em Escolas Caiçaras na Zona Costeira de Paraty-RJ”. E o “Caderno Pedagógico para Projetos de Educação Escolar Diferenciada e Intercultural: a produção do Guia Turístico Local nas Escolas municipais Martins de Sá, na Praia do Sono, e Cajaíba, no Pouso da Cajaíba, Paraty-RJ”, elaborado também em 2017.

Este caderno reúne a descrição das atividades de Cartografia Social realizadas junto ao Projeto Pedagógico intitulado “Guia Turístico” nas escolas atendidas pelo “Projeto de Reorientação Curricular das escolas da Zona Costeira de Paraty – RJ”, o qual é coordenado por professores da UFF, por meio de um acordo de cooperação técnica firmado entre o Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR-UFF) e a Secretaria Municipal de Educação de Paraty desde 2016. Soma-se a esse processo de reorientação curricular ainda as importantes contribuições do “Coletivo de Educação Diferenciada” da região, o que permitiu a elaboração de uma proposta de currículo “interdisciplinar e diferenciado, por meio de metodologia de rede temática e da pedagogia de projetos” (MONTEIRO et al 2016 p. 05)

Já o artigo, supracitado acima, é fruto das pesquisas e projetos de extensão, intitulados respectivamente “A Cartografia Social como parte da Construção Curricular de Educação Diferenciada em Escolas Caiçaras na Zona Costeira de Paraty-RJ”, e “Educação do Campo nas

Comunidades Caiçara de Paraty: implantação do segundo segmento do Ensino Fundamental na Zona Costeira de Paraty – RJ”, ambos coordenados pelo Cartonomia com o objetivo de apoiar e analisar o processo de reorientação curricular elaborado e executado com a UFF.

Cabe salientar ainda, que todo o processo de construção e disputa para o garantimento da implementação efetiva de um currículo diferenciado para estas escolas, foi de fundamental importância e exibe uma fundamentação muito bem articulada pelos profissionais responsáveis e envolvidos durante esse processo.

Contudo, a Cartografia Social é o objeto central de análise neste trabalho, principalmente no que tange a sua utilização no ensino de Geografia pelos PCT's. Diante disso, não haverá aprofundamento nessas outras dimensões importantíssimas, mas que fogem a proposta central do nosso trabalho.

Dessa forma, nos centraremos nesta experiência da Cartografia Social inserida em uma proposta de reorientação curricular das escolas de educação diferenciada da Zona Costeira do Município de Paraty-RJ, durante o processo de implementação do segundo segmento nessas escolas, por meio do projeto pedagógico “Guia Turístico”. Norteados por esse projeto pedagógico, as escolas das comunidades do Pouso da Cajaíba e Martins de Sá (Praia do Sono), ambas comunidades caiçaras localizadas na península da Juatinga, utilizaram este projeto como direcionador das atividades durante cerca de cinco meses de trabalho, desenvolvendo uma série de atividades, como: coleta de dados e informações, trabalho de campo, oficina de saberes, oficina de fotografia e oficinas de Cartografia Social.

Mapa 03. Guia Turístico Pouso da Cajaíba, 2017.

CARTOGRAFIA SOCIAL DOS PONTOS TURÍSTICOS DO POUSO DA CAJAÍBA - 2017



(ANEXO A)

Mapa 04. Guia Turístico Praia do Sono, 2017.

CARTOGRAFIA SOCIAL DOS PONTOS TURÍSTICOS DA PRAIA DO SONO - 2017



(ANEXO B)

Desta forma, propõe-se, aqui, uma breve apresentação das atividades deste projeto relacionadas à Cartografia Social, assim como a educação diferenciada para PCT's, neste caso, caiçaras. Considerando que a Cartografia Social exerça o papel, tanto de metodologia, quanto de espaço de aprendizagem, destacamos três atividades, sendo elas: 1. Cartografia Social: Reconhecimento e representação do Espaço vivido (Prof.^a Dr^a Mara Edilara Batista de Oliveira); 2. Fotografia: um exercício do olhar (Fotógrafa Rita Rocha); 3. Trazendo os saberes da comunidade para dentro da escola (Prof. Dr. Lício Monteiro Rego, Prof.^a Iaci Sagnori de Mattos e Prof.^a Nelza Galosse).

A atividade “*Cartografia Social: Reconhecimento e representação do Espaço vivido*” propunha a elaboração do mapa do guia turístico das comunidades, e tinha como principal objetivo identificar e promover condições para a efetivação de um turismo de base comunitária, visto que o turismo local desordenado era considerado uma dificuldade enfrentada pelos caiçaras destas áreas. Partindo de uma premissa que subverte o processo mais comum de mapeamento, a proposta endereçava a responsabilidade de todo o processo aos próprios sujeitos, compreendendo que estes são os maiores conhecedores de suas realidades e cotidianos, e assim sendo, a representação deve ser, assim como o território, caracterizada a partir da existência.

A atividade foi dividida em quatro etapas. A primeira foi a de “sensibilização da comunidade sobre o tema” (MONTEIRO, et al, 2017, p. 08) que a partir de um vídeo introduziu a discussão das diferenças entre a Cartografia Social, e as cartografias mais convencionais ou oficiais. Foram destacadas como diferenças: “1) ela representa aspectos da realidade das comunidades que não estão representados nas cartografias “oficiais”; 2) é construída pela comunidade de forma coletiva e diante de suas demandas e interesses; 3) é utilizada como um documento pela luta por direitos sociais; 4) dá ênfase à cultura e aos saberes dos nossos povos e comunidades tradicionais/originários. (MONTEIRO et al., 2017. p.8)

Logo em seguida, foi possível extrair a problemática do turismo desordenado, e por conseguinte, salientar a importância do Guia Turístico. Aqui, entendemos haver uma conexão frutuosa entre o processo de sensibilização e as oficinas de fotografia. A atividade “Fotografia: um exercício do olhar” conduzida pela fotógrafa Rita Rocha, além de contribuir para as ilustrações que acompanhariam o guia turístico, propunha à comunidade a captura de fotos “[...] com o seu olhar de morador com todo o seu contexto histórico e cultural local, pois de fato é o que movimenta o interesse do turismo onde vivem” (MONTEIRO et al. 2017. p.12).

De certo modo, interpretamos que para além deste exercício de “olhar” através da fotografia como um importante fortalecedor e valorizador da cultura caiçara, exista um importante convite a se refletir sobre o espaço e seus sentidos e significados. Assim como propõe Rita Rocha, a oficina de fotografia pretende identificar os sentidos e significados que cada elemento espacial adquire segundo sua interação com a comunidade, e, isso deve ser percebido e tratado para que desperte o interesse dos visitantes, mas que ao mesmo tempo, contribui para a retomada, fortalecimento e promoção das práticas e culturas locais.

Isto nos remete a continuação da atividade de representação espacial, que em sua segunda etapa desenvolveu um mapa “croquí” que representasse diversos pontos elencados pelos alunos como turísticos. Todavia, a autora nos demonstra a capacidade da Cartografia Social de articular dimensões em seu método de construção da representação espacial, pois, “este mapa dava destaque aos pontos turísticos, entretanto, representava toda a comunidade a partir dos seus olhares. “ (p.9).

Imagem 04. Foto do mapa “croquí” Praia do Sono.



Fonte: Oliveira (2017)

Imagem 05. Foto do mapa “croquí” Pouso da Cajaíba.



Fonte: Oliveira (2017)

Partindo do tema guia turístico, a Cartografia Social permite que a comunidade de forma coletiva represente inúmeros e distintos espaços, assim como práticas, fazendo com que o produto final seja, para além de outras coisas, situacional, conforme indicam Almeida (2013) e Santos (2016). Assim, compreendemos que a Cartografia Social estimula o conhecimento “histórico-geográfico” dos caiçaras sobre cada lugar, objeto ou feição específica de seu território, contribuindo para uma ampliação da percepção e do olhar sobre sua própria cultura, alinhando-se com as proposições de Girardi (2008).

Diante disso, explicitamos a relevância da atividade “Trazendo os saberes da comunidade para dentro da escola”, descrita no caderno pedagógico pelo prof. Dr. Lício Monteiro, e pelas professoras Iaci Sagnori de Mattos e Nelza Galosse. Compreendemos a possibilidade de aproximação entre o caráter desta atividade e algumas considerações de Cruz (2014), sobretudo no que tange às questões de justiça cognitiva citadas anteriormente. A retomada e valorização de formas de saber não escolar exigem uma reflexão mais aprofundada, assim como os autores expõe no trecho:

Ao trazer para a experiência escolar os saberes da comunidade podemos trazer junto não só as habilidades e conhecimentos, mas também o próprio modo não-formal de aprendizagem que de diferentes formas se manifesta na transmissão desses saberes. Explorar os conhecimentos difusos numa comunidade é uma maneira de constatar que o conhecimento é social, depende da interação entre as pessoas e muitas vezes se transmite de forma tácita, através da imitação e da colaboração. (MONTEIRO et al. 2017. p.21)

Uma série de atividades foram levantadas como potenciais temas de oficinas a serem realizadas, como por exemplo, “ a contação de histórias, a culinária, a pesca, a construção de embarcações e instrumentos de pesca e a ciranda caiçara. “ (p.21). Contudo, as oficinas realizadas foram quatro, sendo elas: “duas de bordado (uma em cada praia), uma de cestaria (no Sono) e outra de roça caiçara e agrofloresta (no Pouso), “ que são entendidos como “uma amostra dos conhecimentos locais que podem ser valorizados tanto na educação quanto no turismo de base comunitária.”(MONTEIRO et al. 2017. p.21).

As oficinas, segundo os relatos do caderno pedagógico, foram completamente dinâmicas, explorando todas as etapas de cada prática, retomando sua importância histórica, sua relação com a cultura caiçara, apresentando todos os momentos do processo através de moradores mais antigos das próprias comunidades. Compreendemos aqui, que tal iniciativa possa ser interpretada como importantíssima nesta disputa por justiça cognitiva, funcionando como um mecanismo de retomada, valorização, transmissão e perpetuação das práticas e sentidos culturais, ao mesmo tempo em que inscreve as formas de saber e aprender caiçaras em uma posição equivalente aos conhecimentos transmitidos na escola.

Produzindo assim, uma “sub-versão” dos discursos que constroem o mundo caiçara, (re)alocando seu centro difusor no cerne da existência caiçara. Pode-se observar tais proposições no trecho que define a Cartografia Social:

[...]enquanto espaço de aprendizagem dentro da escola, mas também como modo de refletir sua própria existência, inserindo os jovens no contexto dos conflitos territoriais e políticos vividos pela comunidade e estimulando com que eles próprios construam métodos e mecanismos que os ajudem a fomentar as discussões e amplie o processo de resistência, recuperando e valorizando seus saberes e suas práticas (RIBEIRO NETO et al. 2017. p. 10).

Voltando às últimas duas etapas do processo de representação, destacamos a contribuição fundamental de algumas geotecnologias, como os SIG's (Sistema de Informação Geográfica) e os GPS (Global Position System), e de como estas podem promover um novo momento experimentado tanto pelo ensino de geografia, quanto pelas pessoas para com seus espaços. Assim como ressaltado anteriormente, Flitz (2012) nos convida a refletir sobre um

novo paradigma da Geografia estabelecido através do avanço das geotecnologias, um novo momento em que o objeto desta ciência possa ser trabalhado sobre novas possibilidades.

Na experiência da Cartografia Social com o Guia Turístico estas ferramentas possibilitam não só o desenvolvimento da abstração que permite olhar o espaço de cima, importante para a formação dos alunos e entendimento do território, como também contribuíram para um produto final que atenda a todas as “especificidades” impostas pelas regras de representação cartográfica. É concebida segundo uma inversão no sentido de quem representa.

Outrora, profissionais que nem ao menos visitaram o território produziram mapas com diversos temas e informações, que por vezes, invisibilizaram, marginalizaram, excluíram, diversas comunidades, assim como apontam Rodrigues (2006) e Harley (2009). No entanto, com este advento das tecnologias e este novo paradigma da ciência geográfica, os processos de representação espacial podem ser acessados por povos historicamente apagados pelo modelo de representação cartográfico mais difundido socialmente.

É a partir deste entendimento que identificamos uma inversão no sentido das representações espaciais, seja pela forma como valoriza, retoma e encrava as práticas e a cultura no território, ou pela capacidade de se equivaler a qualquer representação “oficial” ou “científica” fazendo ecoar o discurso do oprimido, desmascarando e revelando toda a perversidade, contida não só nas representações, mas também na própria ciência geográfica e “cultura” eurocêntrica moderna.

5. CONCLUSÃO

Compreendendo então, a condição enfrentada por diferentes nações e povos ao redor do mundo, que, a partir da expansão colonial europeia experimentaram logas anos de apagamento, exclusão e marginalização, das mais distintas ordens – cultural, política, identitária, entre outras –, torna-se possível afirmar que os efeitos deste período sejam muito mais significativos do que aparentam-nos. A consolidação de um sistema em escala global, de caráter econômico e predatório, atravessou esferas culturais e espaciais de tal forma que, praticamente, naturalizou um modelo específico de organização político-territorial. Este modelo encobriu não apenas outras formas de organização espacial, como também, aniquilou modos de vida, subalternizou conhecimentos e saberes, além de usurpar recursos e riquezas. Travestido de progresso, este projeto de mundo europeu avançou de forma avassaladora por

espaços e épocas, se fazendo presente há mais de cinco séculos e sendo fortemente perceptível nos dias de hoje.

No contexto brasileiro, estes povos historicamente marginalizados e apagados pelo avanço do mundo colonial, participaram de importantes alterações no curso dos conflitos gerados a partir das relações assimétricas que caracterizam a gênese da dominação colonial. Sobretudo após os anos 1980 uma série de comunidades se organizam e começam a reivindicar direitos sociais e cognitivos, desejam instituir maneiras de reparar os danos causados ao longo de décadas e décadas de submissão.

Neste período ocorre uma importante aproximação entre a Geografia brasileira, sobretudo a corrente crítica, e os movimentos de povos e comunidades tradicionais, que, apresentam esta especificidade histórica, epistêmica e política. A partir disso, diversos autores propõe a aproximação das interpretações científicas ao cotidiano e formas de existir destas comunidades, contribuindo assim, para suas pautas de reivindicação e para a valorização de seus saberes e práticas.

A Geografia, no período, pretendia evidenciar a relação fundamental entre essas comunidades e seus espaços, que resultaram em novas propostas de abordagens e definições, principalmente, acerca do conceito de território. Destacando a necessidade do território para a sua reprodução, a Geografia propõe contribuições que endereçam a estes movimentos sociais uma particularidade significativa, a de que o território se encontra no cerne das disputas e conflitos.

Desde então, importantes avanços aconteceram na esfera política destes conflitos, como é o caso da promulgação da PNPCT e a criação da CNPCT, que buscam justamente legitimar esta relação mútua de existência entre PCT's e seus territórios.

No entanto, como salientado anteriormente, os desdobramentos e efeitos deste *sistema mundo moderno colonial europeu* perpassa outras esferas além da política, se fazendo muito presente nas ciências e em suas técnicas. Como se viu, a própria Geografia se sistematiza em meio a um projeto político e econômico, com função e propósito específicos, fazendo com que fosse ao decorrer das épocas apropriada e utilizada em prol dos interesses, preferencialmente capitalistas. Assim como apresentado por alguns autores, a Geografia e seu ensino foram, e são, importantes elementos para a reprodução e manutenção do ideário colonial europeu.

Neste trabalho os mapas foram apresentados como importantes instrumentos de comunicação, dominação e controle, historicamente utilizados pelos governantes em distintas épocas e regimes políticos. Este objeto que reúne conhecimentos geográficos com o objetivo

claro de confeccionar uma versão específica de mundo, durante séculos foi apresentado como imparcial, neutro e quantitativo, no entanto, alguns autores como Harley (2009) e Rodrigues (2006) explicitam a capacidade persuasiva, perversa e intencional dos mapas. Que transcende o produto final e se enraíza também nos processos de produção, de validação e de uso.

Neste sentido, podemos afirmar que a Geografia e todas as etapas que envolvem o processo de representação espacial, foram não só incorporadas como também impulsionadas pelo projeto colonial europeu. A necessidade de se construir e propagar uma versão determinada de mundo fez com que estes se perfizessem como conhecimentos essenciais e alvos de constante disputa ideológica ao passar dos anos. Deste modo, compreendemos que tanto a ciência geográfica quanto os processos de representação espacial, foram substancialmente sustentados e “auxiliados” pelos preceitos expansionistas, que permitiram sua consolidação e valorização.

Assim sendo, entendemos que uma abordagem decolonial seja imprescindível no sentido de expor as colonialidades que são inerentes as mais diversas escalas e esferas. Elucidando o processo de apagamento e exclusão de alguns povos, mas que também seja capaz de questionar as bases epistêmicas, os serviços prestados pelos diferentes conhecimentos, e o principal, apresentar alternativas ou possibilidades de superação da colonialidade.

Neste ponto, é que entendemos como positiva a aproximação entre a decolonialidade, a Geografia e a Cartografia Social, onde esta última é concebida como uma alternativa e, também, como possibilidade de reparo histórico. Esta metodologia que inverte totalmente o sentido dos processos de representação espacial, e que extrai do cerne da existência a confecção dos mapas, promove uma retomada, seguida de valorização e fortalecimento, que subvertem a narrativa sobre o mundo e revela uma nova base epistêmica.

Este “novo” não se restringe apenas aos processos de mapeamento, ele avança sobre as utilizações dos conhecimentos geográficos, atribuindo ao ensino de geografia uma função relevante dentro destas comunidades. Desta forma, a Geografia, e por consequência o seu ensino, tornam-se ferramentas importantíssimas de resistência e reivindicação dos PCT’s, contribuindo para reflexões tanto internas quanto externas às comunidades.

A partir disso é que propomos que a Geografia e a Cartografia Social estejam a serviço destes outros mundos, que não os que se sustentam através do modelo europeu. Defendendo a tese de que a apropriação da Geografia e seu ensino desde uma abordagem decolonial permite aos PCT’s alternativas e possibilidades através da Cartografia Social de se construir e utilizar, como instrumentos didáticos, versões outras de mundo a partir da valorização de suas formas de vida. Deste modo, a Cartografia Social, associada ao ensino de Geografia, altera

drasticamente todo o processo de representação espacial, desde as tomadas de decisão que levam até a necessidade de mapeamento e se estendem até o uso e veiculação dos mapas produtos.

5.1. Perspectivas Futuras: Uma Possibilidade de Reparo

Considerando todos os apontamentos realizados neste trabalho gostaríamos de expor uma última proposição que, consideramos importantíssima para o quadro aqui analisado. Retomando novamente a importância social e política dos mapas, e também, evidenciando todos os seus possíveis desdobramentos no que diz respeito a distintas leituras e visões de mundo, é que propomos a utilização das geotecnologias em favor da construção de uma Geografia mais justa, seja nas salas de aula, seja para a vida, justamente por esta representar o momento sensível de transformações nesta área do conhecimento.

Conforme proposto por Fitz (2012) o avanço nas geotecnologias, que pode ser pensado como um novo paradigma para a Geografia contemporânea, permitiu novas experimentações da dinâmica existente entre a humanidade e seus espaços. O desenvolvimento de novos softwares e hardwares contribuiu, fundamentalmente, para alterações significativas nos processos de representação espacial, que por consequência, modificou, em muito, as relações assimétricas de disputa em que estão inscritas. Assim, nossa proposta se desenha justamente no cerne dessas alterações, em meio a novos tipos de processos, ferramentas e equipamentos, como também em seus desdobramentos sociais e políticos, com o intuito de “disputar” este novo enquanto se desenvolve.

Entendemos que seja fundamental um posicionamento diante este momento sensível de transição, pois, como o próprio texto nos mostrou, tanto as representações espaciais, quanto a própria geografia, sempre foram alvo de constantes disputas, onde, inúmeros discursos e perspectivas se inserem concomitantemente a uma contenda que é norteadada pelo protagonismo.

Neste sentido, propomos algo que não se resume apenas a uma contribuição científica para a geografia, ou para os PCT's, mas que também se inscreva nessas disputas de forma a buscar subverter lógica e função daqueles que historicamente contribuíram, substancialmente, para que estivessem estabelecidas as condições que permitiam o apagamento, o genocídio e o menosprezo de diversas sociedades ao longo das épocas. Deste modo, Geografia e representação espacial aqui, serão propostos como “reparadores” históricos, visto que há séculos ajudam nesta condição subalternizada dos PCT's, hoje, serão utilizados como os principais pilares das reivindicações, da luta e do enfrentamento ao modelo imposto.

Entendemos que esta perspectiva coincida com as elaborações de Cruz (2014), quando propõe o surgimento de “sub-versões” de mundo que anseiam por justiça tanto social, quanto cognitiva, ou seja, a luta de hoje transcende a dimensão social, ela reivindica para além dos direitos sociais, os direitos intelectuais, cognitivos, o direito a valorização de outras matrizes de conhecimento que não a moderna, colonial, científica e ocidental europeia.

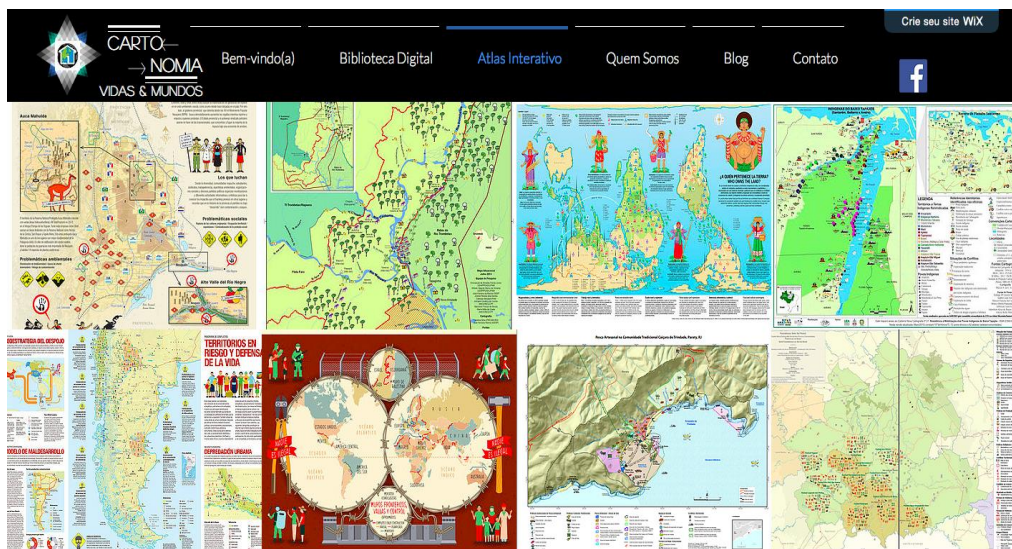
Apresentamos, então, a criação de uma página virtual que busque a promoção de novos discursos e visões de mundo, mas não apenas isso, que contribua para uma subversão da lógica atual de utilização dos mapas dentro e fora do ensino de geografia. A proposta consiste em um site que reúna o que Santos (2012) chamou de “ativismos cartográficos” por entendê-la como importantíssima neste processo de construção de novos espaços, para novas cartografias, e por uma outra utilização da geografia. O autor resume objetivamente a relevância da questão:

O campo do ativismo cartográfico é, portanto, uma importante chave de leitura para compreender a complexidade dos processos que vem provocando tensões na cartografia, a despeito da postura olímpica de indiferença que ainda predomina entre muitos cartógrafos. Apesar de hegemônica, esta postura não é unânime, e acreditamos que cada vez mais cartógrafos, e mais processos de formação e educação cartográfica (envolvendo o ensino de Geografia) atentarão para a relação entre cartografias e lutas sociais, formando para novas possibilidades de raciocínios centrados no espaço. (Santos, 2011. p.16)

Neste sentido, a proposta de criação da página prevê a construção de um atlas interativo, que seja acompanhado por textos, vídeos, links de outros sites, entre outros, e que seja constituído como um espaço, sobretudo, educativo. Educativo tanto na dimensão política, quanto na dimensão social, contribuindo para uma ampliação das reflexões acerca das representações espaciais, permitindo a visualização de novas formas e métodos de se representar os diferentes mundos.

Não obstante, acompanhando este alargamento das possibilidades de representação são introjetados novos valores e noções sobre o conhecimento, sobre a possibilidade de aprender, sobre como utilizar técnicas cartográficas social e politicamente. Portanto, este site pretende promover os “ativismos cartográficos” como recursos didáticos, de aprendizado e de questionamento, que poderão ser utilizados na realização de trabalhos e seminários, na elaboração de aulas, na mobilização política, entre outros, em quaisquer níveis ou segmentos de ensino.

Figura 06. Imagem Ilustrativa do Site CARTONOMIA - Vidas & Mundos, 2018



Pode ser acessado em: <https://cartonomia.wixsite.com/vidasemundos>

O site apesar de ter sido criado como produto de reflexão desse trabalho, será controlado pelo Grupo de Pesquisa para o Fortalecimento da Autonomia Territorial com Cartografia Social - CARTONOMIA, do Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR), polo do interior da Universidade Federal Fluminense (UFF).

O CARTONOMIA iniciou recentemente o contato com diversos pesquisadores, grupos de pesquisa, coletivos, entre outros, com o objetivo de instituir uma rede de colaboradores para o site. Esta rede ficaria responsável por encaminhar novos conteúdos regularmente para que sejam colocados no site, mas também, seria responsável pela disseminação da existência desta que consideramos uma ferramenta para o ensino e aprendizagem de Geografia.

Esta ferramenta contará com: Atlas interativo de ativismos cartográficos, biblioteca digital contendo textos sobre geografia, cartografia, ensino de geografia, etc; uma seção destinada a apresentação da página e seus propósitos; um blog onde serão divulgadas os mais diversos tipos de conteúdos relacionados ao tema; e uma seção destinada ao contato, onde os usuários poderão encaminhar uma mensagem aos organizadores do site.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Nova Cartografia Social da Amazônia. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; JUNIOR, Emmanuel de Almeida Farias. (Org.) **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**. Manaus, 2013

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **Breve Histórico do Pensamento Geográfico Brasileiro nos séculos XIX e XX**. Jundiaí, Paco Editorial: 2011.

CRUZ, V. C. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. In: Onildo Araújo da Silva; Edinuzia Moreia Carneiro Santos; Agripino Souza Coelho Neto. (Orgs.). **Identidade, Território e Resistência**. 1ªed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, v. 1, p. 37-72.

COSTA, A. J. F. da. **Mosaicos de áreas protegidas e unidades de conservação. Dificuldades e desafios num arranjo de governança híbrida: o caso do Mosaico Bocaina**, 2015. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo – SP.

CRAMPTON, Jeremy. W.; KRYGIER, John. An introduction to critical cartography. In: **ACME: An international e-journal for critical geographies**, v. 4, n.1, p.11-33, 2006.

FERNANDES, Bernardo M. Movimentos Socioterritoriais e os Movimentos Sócioespaciais. Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: **Revista Núcleo de Estudos de Reforma Agrária (NERA)**. UNESP - Presidente Prudente, 2005. Disponível em: < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460> > .

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicações**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

GALLO, E; et al. Território, Governança e Autonomia: o caso do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS). In: **Anais do Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva**, nº 11. Goiania: ABRASCO, 2015.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária**. Tese (Doutorado em Ciência e Tecnologia). Unesp, Presidente Prudente, 2008.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105064>>.

GIRARDI, Giseli. Mapas Desejantes: uma agenda para a cartografia geográfica. In: **Revista Proposições**, Campinas-SP, Vol.20, N. 3 (60), Pag. 147-157, 2009.

GIRARDI, G. Leitura de mitos de mapas: um caminho para as relações entre Geografia e Cartografia. In: **Revista Geografares**, 2000; 1(1) p. 41-50.

GORAYEB, Adryane; MEIRELES, Jeovah. Cartografia social vem se consolidando com instrumento de defesa de direitos. **Rede Mobilizadores**, 10 fev. 2014. < Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/coep/Publico/consultarConteudoGrupo.aspx?TP=V&CODIGO=C20142610482831>>.

GOMES, Lília Maria Valente Seidensticker. **Projeto de Intervenção - Revitalização do conhecimento e uso das plantas medicinais em uma comunidade tradicional do mosaico da bocaina**. 2016. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Instituto de Tecnologia em Fármacos/Farmanguinhos, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

HARLEY, J. Brian. Mapas, saber e poder. In: *Revista Confns*, nº. 5. (jan./jun. 2009). Disponível <<http://conFns.revues.org/index34html>>. Acesso em 24 de agosto de 2009.

MARTINELLI, M. Os mapas da Geografia. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Cartografia**, nº 22. SBC: Macaé, 2005, p. 1-12.

MONTEIRO, Licio Caetano do Rego; NOBRE, Domingos Barros. OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de (Orgs.). **Caderno Pedagógico para Projetos de educação escolar diferenciada e Intercultural**: a produção do Guia Turístico Local nas Escolas Municipais Martin de Sá, na Praia do Sono e Cajaíba, no Pouso da Cajaíba. Parceria: UFF, Projeto Ojumoran, OTSS, FCT, e PME-Paraty, 2017.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. Povos e comunidades tradicionais, desenvolvimento e descolonização: articulando um discurso fragmentado. In: **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 6. n I, p. 163-174.

OLIVEIRA, Mara E B de. Cartografia social. In: MONTEIRO, Licio Caetano do Rego; NOBRE, Domingos Barros. OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de (Orgs.). **Caderno Pedagógico para Projetos de educação escolar diferenciada e Intercultural**: a produção

do Guia Turístico Local nas Escolas Municipais Martin de Sá, na Praia do Sono e Cajaíba, no Pouso da Cajaíba. Parceria: UFF, Projeto Ojumoran, OTSS, FCT, e PME-Paraty, 2017.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais:** dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Editora Unesp, 2013. 250 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala. Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestro tiempo. In: Instituto de Investigaciones Sociales. Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México, Mayo, 2012.

RIBEIRO NETO, Luiz Gonzaga; GOUVEIA, M.; OLIVEIRA, M. E. B. A Cartografia Social Como Parte Da Construção Curricular De Educação Diferenciada Em Escolas Caiçaras Na Zona Costeira De Paraty. **In: Anais VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional De Geografia Agrária.** Curitiba. Geografia das Redes de Mobilização Social na América Latina. Curitiba: UFPR, 2017.

ROCHA, Otávio Gomes. **Narrativas Cartográficas Contemporâneas nos Enredos da Colonialidade do Poder.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós- Graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2015.

RODRIGUES, Fátima da Cruz. Mapas: (Re)Cortes Coloniais. In: **O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC,** No 1, 2006.

SANTOS, Renato Emerson dos. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica da América Central,** v. 2, n. 47E, 2011. Número especial.

SANTOS, Renato Emerson dos. Disputas cartográficas e lutas sociais. Sobre representação espacial e jogos de poder. **In: Anais XII Coloquio de Geocrítica.** Universidade Nacional de Colombia, Bogotá 2012.

SANTOS, Dorival dos. Cartografia Social: o estudo da cartografia social como perspectiva contemporânea da Geografia. In: **InterEspaço,** Grajaú/MG, v. 2, n. 6, p. 273-293, maio/ago. 2016,

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Sustentável. **Segurança Alimentar: direito a alimentação dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Disponível em: <

<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais> > .

LACOSTE, Yves. **Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Trad. Maria Cecília França. 3ª edição. Campinas. Papirus, 1993

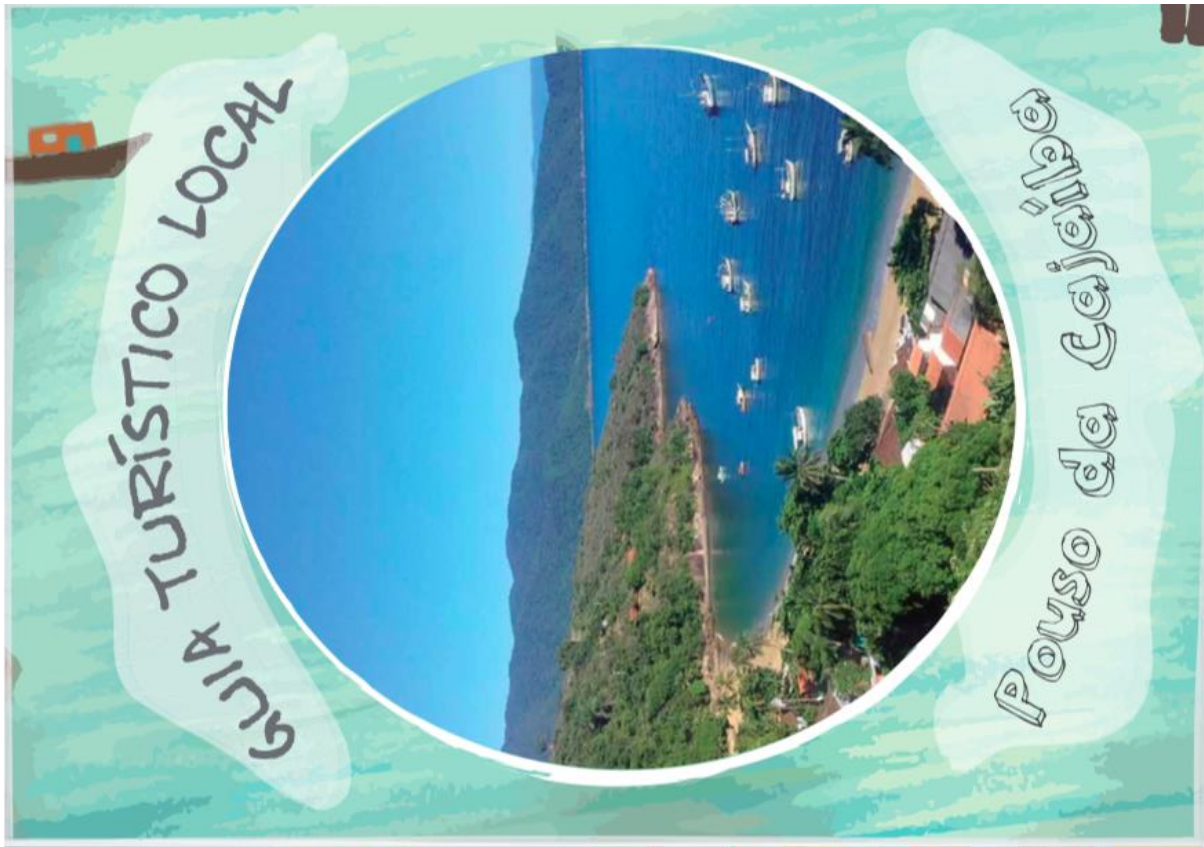
PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna.** 4 edição. Florianópolis: Ed. UFSC, 2009.

SANTOS, Dorival dos. Cartografia Social: o estudo da cartografia social como perspectiva contemporânea da Geografia. In: **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 2, n. 6, p. 273-293, 2017.

HAMMES, Care Cristiane; FORSTER, Mari Margarete dos Santos; CHAIGAR, Vânia Alves Martins. Formação de Professores, Integração Curricular e a Geografia: O lugar escola como espaço de acontecimento. In.: Castrogiovani. Antônio Carlos (et al.) **O Ensino de Geografia e suas composições curriculares.** Porto Alegre: Mediação, 2014 p. 123 – 148.

FLEURI, Reinaldo Matias. Interculturalidade, identidade e decolonialidade: desafios políticos e educacionais. **Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, n. 37, p. 89-106, 2014.

ANEXO A – GUIA TURÍSTICO POUSO DA CAJAÍBA - 2017



Realização:
Escola Municipal Pouso da Cajatiaba
Alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental

Professoras e professores da escola:
Iaci Sagnori, Nelza Galosse, Dalton Castro, Marlon Adriano.

Alunos e alunas:
Alexia Martins dos Santos, Bruno Ramos de Jesus, Caio Xavier de Jesus, Crislene Souza Ramos, Davi do Nascimento Machado, Emerson Nascimento dos Santos, Gilmar Souza do Nascimento, Gustavo Souza do Nascimento, Josimar dos Remédios Silva de Jesus, Kaíque Ferreira Ricardo, Karyane Reis do Nascimento, Laiany dos Remédios Silva de Jesus, Leandro Ferreira Ricardo, Luiz Ferrari de Carvalho, Mayza Araújo de Souza, Natalliana Ramos de Jesus, Rubem Sobrinho de Souza, Sabrina Silva Nascimento, Stefany Ferreira de Sousa, Tais Figueiro Carvalho, Vinicius do Nascimento Santos, Wanderson Braga de Oliveira.

Esse projeto foi desenvolvido nos meses de outubro e novembro de 2016 e foi concluído em março e abril de 2017.

Secretaria Municipal de Educação / Paraty

Assessoria pedagógica: Instituto de Educação de Angra dos Reis / Universidade Federal Fluminense

Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada do Fórum de Comunidades Tradicionais

Apoio Edital PAFE 2016 - Instituto Oju Moran

Projeto Gráfico: Elisa Feltran Serafim



Praia de Itanema

Praia de Itanema

Tropeço e descrição: Para pegar a trilha para Itanema vá até o canto esquerdo da Praia do Pauso, uma subida leve até o topo, e uma descida até ver o cemitério, passar por um bambuzal, subir o morro do cemitério, e descer até a praia. A trilha tem aproximadamente 14 km com uma bela vista para o mar e vegetação endêmica. No meio do caminho tem um rio que você pode beber água.

Itanema é uma praia linda calma e tem muitos frutos para comer como manga, coco, laranja, e uma cachoeira no canto esquerdo que você pode pular. Fico até feliz de falar né!!!

Dicas: Não vá em dias de chuva 'risco de trilha escorregadia', levar gorra de água e tomar cuidado com coléras e etc.

Público: Jovens e adultos que gostem de caminhada.



Trilha para Itanema

Pedra Enxada

Tropeço e descrição: Para chegar vá ao canto direito da praia, pegue o caminho de cimento e siga reto até uma casa, à esquerda tem uma escadaria, sobre a escadaria até chegar à lateral da pedra, aí você sobe. Tem uma paisagem excelente com ar fresco para você pensar, uma bela vista da comunidade. Ótimo para tirar fotos, tem uma vista de 360° e o por do sol é lindo de lá.

Dica: Cuidado com cobras e vespas.

Público: Pessoas de todas as idades, trilha de fácil acesso.



O perfil dos turistas no Pauso da Cajalta durante o Carnaval de 2017

Nos alunos da Escola Municipal do Pauso da Cajalta, fizemos uma pesquisa através de um questionário onde entrevistamos os turistas durante o Carnaval em 2017. Ficamos felizes com os resultados pois os turistas gostaram das belezas naturais e pretendem contratar guias turísticos.

Percebemos que a maioria dos turistas vieram de São Paulo e a faixa etária é mais de 30 anos. Eles quando chegam preferem ficar em camping e suas refeições são feitas em bares e restaurantes.

Os turistas gostam de ficar entre quatro e cinco dias acampados em nossa comunidade. De todos os entrevistados a grande maioria veio pela primeira vez e em grupo de amigos. Eles ficaram sabendo de nossa comunidade através de amigos.

Eles tem interesse em nossa cultura, pesca, artesanato e todos desejam querer conhecer as comunidades que ficam na Reserva Ecológica da Justinga.

CARTOGRAFIA SOCIAL DOS PONTOS TURÍSTICOS DO POUSO DA CAJAÍBA - 2017



LAZER E PONTOS ATRATIVOS

- Pedra da Miranda
- Pedras das Araras
- Caieiro
- Toca do Camo

- Inicio Tribo Martin de Sa
- Inicio Tribo Itacama
- Tribos
- Boia

- Campo
- Casa da Margareti
- Casa de Fariha da Margareti

INFRAESTRUTURA

- Igreja
- PECA
- Escola
- Ponto de Cultura
- Posto de Saude
- ZONA**
- Campings, Pousadas, Bares e Restaurantes

Pouso da Cajaiíba

A Praia do Pouso fica localizada na Baía de Paraty, é uma Praia de fácil acesso vindo de barco de Paraty. Os moradores do Pouso vivem da pesca, são caçadores, e trabalham também com o turismo.

Os mais velhos contam que o famoso pé de Tamarindo, no centro da comunidade, foi plantado pelo Padre Anchieta quando veio aqui.

Chegando na praia tem bares, restaurantes, pousada e camping. Aqui você pode comprar um peixe fresco, ou saborear uma boa comida caçara nos restaurantes. Têm também dois mirantes ótimos para tirar fotos, o Mirante da Pedra Frutada e o Mirante da Pedra das Araras que têm uma vista linda da enseada do Pouso e o pôr-do-sol é maravilhoso. Na casa da Margarette tem uma casa de farinha e um mirante muito bonito também, um bom lugar para visitar! No canto esquerdo tem a trilha para Martins de Sá e Sumaca, no canto esquerdo tem a trilha para Itanema, Calhaus, Itacoca, mas cuidado, nos trilhos você pode encontrar alguns animais. Você pode alugar um barco na praia também para conhecer essas outras praias. Em cada canto da praia tem um rio que encontra com o mar, são muito bonitos.

No Pouso você encontra muita natureza, pássaros, sossego, um lugar lindo para você conhecer e descansar!



MIRANTE DA PEDRA DA ARARA

POUSO É UM LUGAR QUE VOCÊ NUNCA MAIS VAI ESQUECER...

Martins de Sá

Trajeto e descrição: Partindo pelo canto direito da Praia do Pouso subir cerca de 30 minutos, e quase uma hora de descida até a praia. É um pouco sensível, precisa de carroagem mas a trilha é bem limpa, e não tem perigo de se perder por que tem placas no caminho. No caminho é ótimo para tirar fotos de pássaros e da mata exuberante por todos os lados com lindas plantas. Martins de Sá é uma praia grande muito boa para o surf, e com um rio em cada canto da praia com ótimos cachoeiras e poços para mergulhar. Tem lugar para acampar, uns quartos para alugar e onde comer. Seu Manoeco e Dona Lorença marcam lá e são muito legais. Dica: Ter cuidado com animais venenosos como cobras, aranhas, vespas e com árvores cadabs. Levem água. Depois da entrada para Sumaca, um pouco mais abaixo tem um riuzinho que pode beber água. Público: Jovens e adultos com bom preparo físico, que gostem de caminhar e surfar.



Toca do Carro



Toca do Carro



Pedra Frutada

Toca do Carro

Trajeto e descrição: Para chegar a Toca do Carro você deve ir ao canto esquerdo da Praia do Pouso tem uma placa indicando o caminho para Itanema, subir por este caminho até ver o cemitério, então você irá descer à direita e chegará à praia. É uma praia pequena, um lugar de paz. Na praia tem uma pedra que as crianças podem escorregar e um lugar de sombra para os adultos. Um lindo lugar para passar um dia tranquilo.

Dica: Levem água e algum alimento por que lá não tem onde comprar nada. Cuidado com cobras, às vezes a trilha está com bastante público. Pessoas de todos os idades, a trilha é bem fácil.

ANEXO B – GUIA TURÍSTICO PRAIA DO SONO - 2017



GUIA TURÍSTICO LOCAL

Praia do Sono

Realização:
Escola Municipal Martin de Sá - Praia do Sono
Alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental

Professoras e professores da escola:
Iaci Sagnori, Neiza Galosse, Dalton Castro, Marlon Adriano.

Alunos e alunas:
Arthur da Conceição Garcez, Felipe de Castro Albino, Tamires Paulino Valentim Albino da Conceição, Amanda da Conceição Albino, Carine Albino, Daika dos Santos Conceição, Davi Alvarenga dos Santos, Igor Conceição Albino, Jhennifer Reis Lopes, João Augusto Albino Kraus, Julia Gonçalves dos Reis, Kela Araújo dos Reis, Leandra de Castro dos Santos, Leonardo Bulhões de Araújo, Mateus de Castro Araújo, Murilo dos Santos Sousa, Patrick dos Reis Araújo, Rayane dos Reis Conceição, Rebeca da Conceição, Sarina da Conceição Albino, Tatiane Araújo de Castro.

Esse projeto foi desenvolvido nos meses de outubro e novembro de 2016 e foi concluído em março e abril de 2017.

Secretaria Municipal de Educação / Paraty
Assessoria pedagógica: Instituto de Educação de Angra dos Reis / Universidade Federal Fluminense
Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada do Fórum de Comunidades Tradicionais

Apoio: Edital PAFE 2016 - Instituto Oju Moran
Diagramação: Elisa Feitran Serafim



Cachoeira dos Antigos



Barra do Rio do Sono

Barra do Rio do Sono

A Barra fica no canto da praia, tem uma cachoeira onde você pode tomar banho na frente do mar. Na costeira tem uma pedra alta boa para tirar fotos e outra para pular na água, muito lindo lá!

Poço do Jacaré

Trajetória e descrição: Para chegar ao Poço do Jacaré tem que ir em direção à igreja e subir aproximadamente 12 km, leva cerca de 20 a 30 minutos. A trilha é leve, maravilhosa, com uma beleza natural estonteante na mata e muitos pássaros diferentes. No caminho você encontra outros cachoeiros como o 'Poço 20' e o 'Poço 16'. Lá tem uma pedra enorme que tem como pular, mas é preciso ter cuidado e coragem! É bem funda a cachoeira.

Dica: Levar água e comida.

Público: Jovens, adultos e crianças que gostem de caminhada e tenham preparo físico.

Pedra (Mirante)

Trajetória e descrição: Seguir em direção à trilha de Laranjeiras, trilha de aproximadamente 2,6 km ou 15 hs de caminhada. Ótimo para tirar fotos, a paisagem é deslumbrante, dá para admirar a beleza natural do lugar e ver a praia inteira. Mas como é alto é bom ir num dia de tempo bom, por que tem muita neblina e não dá para ver. A subida é pesada e a floresta preservada e cheia de animais como cobras, pássaros, onça, macaco tatu, paca, cutia e outros.

Dica: Essa caminhada deve ser acompanhada de uma pessoa do local, pois é uma trilha de dificuldade média e uma subida bem íngreme em alguns lugares. Levar água e comida.

Público: Jovens e adultos com bom preparo físico.



O perfil dos turistas na Praia do Sono durante o Carnaval de 2017

No carnaval de 2017 vieram à Praia do Sono turistas para curtir a bela natureza que existe em nossa comunidade. A maioria preferiu vir de trilha, por serem adultos eles procuraram atividades culturais para conhecer melhor como vivemos.

A maior parte dos visitantes saem do Rio de Janeiro para passar o fim de semana com seus companheiros.

Eles subiram da Praia do Sono por amigos que já estiveram por aqui.

Eles costumam ficar em campings à procura de paz e sossego, e saboreiam pratos típicos como o pirão, peixe frito ou assado, e frutos do mar.

Para que eles conheçam melhor a comunidade, eles gostariam de contratar um guia para orientá-los durante o seu passeio.

A noite, nos feriados, acontecem alguns shows nos bares que ficam próximos a praia, que os turistas aproveitam bastante.

Além dos bares na Praia do Sono, temos cachoeiras e os mirantes que todos gostam de ir para apreciar a paisagem.

Quando chega a hora de ir embora os turistas costumam levar para seus casas lembranças e fotos.

CARTOGRAFIA SOCIAL DOS PONTOS TURÍSTICOS DA PRAIA DO SONO - 2017



Praia do Sono

Para chegar na Praia do Sono temos que vir de barca, passando pelo Condomínio Laranjeiras, que leva uns 15 minutos da rampa do condomínio até a praia. Podemos vir de trilha também, a caminhada é leve, a trilha é limpa e muito bonita, demora em torno de 1 hora. Chegando na praia avistamos uma bela paisagem, mar, montanhas, muitas árvores, e piscinões.

No Sono você encontra bares, restaurantes, mercearias, piscinões, chales, campings.

Para pescadores que gostam de natureza, cachoeiras, e praia aqui é o lugar ideal. É uma praia grande, com ondas para se divertir e treinar o surf, mas o mar daqui é bem incansante, ele não é sempre calmo, nem sempre agitado, tem lá suas fases. Podemos dizer que no verão ele é mais tranquilo e no inverno é mais agitado, melhor para pegar onda. No final da praia tem o rio que se encontra com o mar, águas limpas para mergulhar e tem algumas pedras boas para pescar. Tem várias cachoeiras, uma delas é o Poço do Jacaré, que é linda, com águas claras, puras e frescas e tem 3 pedras para pular, mas recomendamos ir com alguém que conheça.

A praia do Sono é um lugar com muita paz, muita calma, com moradores muito acolhedores e humildes, que gostam muito de conversar. A comunidade é caçadora, os homens vivem da pesca e as mulheres produzem bastante artesanato.

A noite o céu fica lindo, você pode fazer uma fogueira, assar um peixe, e tocar uma música.



Moro aqui desde que nasci, e gosto muito daqui, venham para cá, vocês vão adorar!!!



Praia de Antigos

Praia de Antigos

Projeto e descrição: Para chegar a Praia de Antigos você deve seguir até o canto da praia, atravessar a Barra e subir o morro, a subida é íngreme, uma trilha de aproximadamente 13 km. No alto da subida tem uma vista linda que dá para ver a Praia de Laranjeiras, o campo de futebol toda a Praia do Sono. Chegando lá é uma praia linda de muito valor. Tem também uma cachoeira, não é muito funda, mas dá para tomar banho de boa. A praia é enorme, o mar é lindo, às vezes muito calmo. Este trajeto também pode ser feito de barquinho que mostra uma beleza incrível passando pelo mar. É muito divertido ir a Praia de Antigos. Dica: Local ideal para fazer piquete. Tem um lugar no mar perto da costeira que é tipo uma piscina natural. Público: Jovens e adultos que gostam de caminhada.

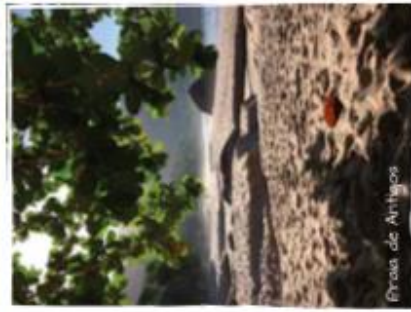


Praia de Antigos

Praia de Antiguinhos

Projeto e descrição: Segundo o final da Praia dos Antigos tem uma trilha pequena, uns 200 metros, que leva a Praia de Antiguinhos. Uma praia não muito grande, mas dá para aproveitar o dia. Lá tem muitas pedras e no canto da praia tem uma pedra muito alta que dá para subir e pular. Eu já fiz isso e muito legal, fiquei com medo, mas quando pula foi ótimo.

Dica: Vocês vão adorar ir lá!



Praia de Antigos